

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Renosa Participações S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Renosa Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	4
Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas	6
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Renosa Participações S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC - CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho', written over a light grey horizontal line.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE 020728/O-7

Renosa Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.538	4.351	3.673	914.151	532.477	1.021.632
Aplicações financeiras	7	121	109	104	2.131	41.383	1.791
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	625.592	358.015	322.652
Estoques	9	-	-	-	685.748	444.340	317.448
Impostos a recuperar	10	2.283	2.088	2.648	602.973	210.357	150.609
Partes relacionadas	11	-	-	-	1.955	4.019	9.560
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	37.127	52.485	10.827
Dividendos a receber		35.486	651	56.623	-	-	-
Outros ativos		-	-	-	76.552	61.704	35.097
Total do ativo circulante		43.428	7.199	63.048	2.946.229	1.704.780	1.869.616
Ativo não circulante							
Aplicações financeiras	7	-	-	-	12.396	11.046	10.652
Conta vinculada	12	-	-	-	30.200	27.192	26.025
Depósitos judiciais	24	-	-	-	235.636	202.449	199.093
Impostos a recuperar	10	-	-	-	355.672	832.310	318.819
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	-	62.514	58.564	-
Outros ativos		-	-	-	8.051	4.183	6.534
Investimentos	13	4.278.970	3.153.195	2.723.006	142.240	119.644	152.620
Imobilizado	14	7	-	-	3.079.867	1.734.516	1.614.231
Direito de uso	15	-	-	-	99.819	70.675	72.818
Intangível	16	-	-	-	5.203.655	3.595.237	3.561.102
Total do ativo não circulante		4.278.977	3.153.195	2.723.006	9.230.050	6.655.816	5.961.894
Total do ativo		4.322.405	3.160.394	2.786.054	12.176.279	8.360.596	7.831.510

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo circulante					(reapresentado)	(reapresentado)	
Fornecedores	17	-	-	-	1.129.531	865.129	693.427
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	-	412.106	962.663	376.914
Debêntures	19	-	-	-	55.481	67.479	55.519
Passivo de arrendamento	15	-	-	-	30.508	18.019	17.512
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	20	-	-	-	227.746	158.305	139.681
Obrigações tributárias	10	16	2	-	263.013	138.658	265.770
Tributos parcelados		-	-	-	1.315	156	156
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	29.313	4.718	10.113
Subvenções governamentais	22	-	-	-	13.896	14.741	15.399
Partes relacionadas	11	-	-	-	80.430	-	34.352
Dividendos propostos	27	85.033	36.684	56.093	166.551	37.560	85.262
Outros passivos		-	60	-	32.787	39.729	34.155
Ações preferenciais resgatáveis	23	76.699	59.896	51.507	76.699	59.896	51.507
Total do passivo circulante		161.748	96.642	107.600	2.519.376	2.367.053	1.779.767
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	-	639.794	136.076	827.563
Debêntures	19	-	-	-	27.695	83.076	144.933
Passivo de arrendamento	15	-	-	-	75.000	56.419	57.868
Tributos parcelados		-	-	-	7.832	1.065	1.219
Subvenções governamentais	22	-	-	-	10.170	20.745	35.381
Obrigações com antigos acionistas	12	-	-	-	30.200	27.192	26.025
Provisão para contingências	24	-	-	-	361.612	316.755	321.651
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	-	608.728	136.851	29.314
Outros passivos		-	-	-	4.484	1.210	1.800
Ações preferenciais resgatáveis	23	315.000	360.000	405.000	315.000	360.000	405.000
Total do passivo não circulante		315.000	360.000	405.000	2.080.515	1.139.389	1.850.754
Patrimônio líquido	26						
Capital social		533.671	533.671	533.671	533.671	533.671	533.671
Reservas de capital		250.461	250.461	250.461	250.461	250.461	250.461
Reservas de lucros		2.101.869	1.907.788	1.484.586	2.101.869	1.907.788	1.484.586
Outros resultados abrangentes		959.656	11.832	4.736	959.656	11.832	4.736
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		3.845.657	2.703.752	2.273.454	3.845.657	2.703.752	2.273.454
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	3.730.731	2.150.402	1.927.535
Total do patrimônio líquido		3.845.657	2.703.752	2.273.454	7.576.388	4.854.154	4.200.989
Total do passivo e patrimônio líquido		4.322.405	3.160.394	2.786.054	12.176.279	8.360.596	7.831.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	27	-	-	8.138.787	5.612.865
Custo de produtos vendidos	28	-	-	(5.130.681)	(3.689.422)
Lucro bruto		-	-	3.008.106	1.923.443
Despesas e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	29	(625)	(1.023)	(627.593)	(308.062)
Despesas com vendas	30	-	-	(1.472.558)	(1.015.987)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	-	(665)	102.123	401.454
Lucro operacional antes do resultado de equivalências patrimonial e resultado financeiro		(625)	(1.688)	1.010.078	1.000.848
Resultado de equivalência patrimonial	13	384.457	705.615	10.245	(9.298)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos de renda e contribuição social		383.832	703.927	1.020.323	991.550
Resultado financeiro líquido	32	(43.690)	(17.840)	(308.527)	107.135
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		340.142	686.087	711.796	1.098.685
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25	(11)	-	(120.872)	(18.808)
Diferido	25	-	-	91.349	(31.953)
		(11)	-	(29.523)	(50.761)
Lucro líquido do exercício		340.131	686.087	682.273	1.047.924
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(342.142)	(361.837)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Controladora		340.131	686.087	340.131	686.087
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares		396.244	396.244		
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		0,86	1,73		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	340.131	686.087	682.273	1.047.924
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5.252)	17.940	1.846	24.953
Ganho em diluição de participação – Nota 1	953.076	-	2.377.220	-
	947.824	17.940	2.379.066	24.953
Resultado abrangente total do exercício	1.287.955	704.027	3.061.339	1.072.877
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	1.773.384	704.027
Acionistas não controladores	-	-	1.287.955	368.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado									
	Atribuível aos acionistas da controladora									
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de Lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2020	533.671	250.461	106.734	426.937	950.915	-	4.736	2.273.454	1.927.535	4.200.989
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(102.207)	-	-	-	(102.207)	(55.524)	(157.731)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	10.844	-	-	7.096	17.940	7.013	24.953
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	686.087	-	686.087	361.837	1.047.924
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(171.522)	-	(171.522)	(90.459)	(261.981)
Constituição de reservas	-	-	-	114.565	400.000	(514.565)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	533.671	250.461	106.734	450.139	1.350.915	-	11.832	2.703.752	2.150.402	4.854.154
Dividendos adicionais aprovados sobre os resultados de 2021	-	-	-	(61.017)	-	-	-	(61.017)	(111.537)	(172.554)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(5.252)	(5.252)	7.098	1.846
Ganho na diluição da participação - Nota 1	-	-	-	-	-	-	953.076	953.076	1.424.144	2.377.220
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	340.131	-	340.131	342.142	682.273
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(85.033)	-	(85.033)	(81.518)	(166.551)
Constituição de reservas	-	-	-	37.812	217.286	(255.098)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	533.671	250.461	106.734	426.934	1.568.201	-	959.656	3.845.657	3.730.731	7.576.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	340.131	686.087	682.273	1.047.924
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	-	-	463.538	287.614
Resultado de equivalência patrimonial	(384.457)	(705.615)	(1.637)	15.158
Reversão da provisão para perdas sobre investimentos	-	-	(8.608)	(5.860)
Valor residual de baixas do ativo imobilizado	-	-	25.296	11.430
Constituição de provisão para contingências	-	-	33.065	17.923
Provisão para perdas de imobilizado	-	-	(8.447)	11.842
Provisão para perdas de estoque	-	-	(12.296)	8.691
Provisão para remuneração de pessoal	-	-	75.301	57.503
Ajuste a valor presente/provisão para perdas esperadas com contas a receber/descontos grandes redes	-	-	(2.528)	(19.226)
Créditos fiscais da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	-	665	(194)	(375.516)
Juros e rendimentos, líquidos	(187)	(82)	123.243	(152.370)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	44.362	18.054	44.362	18.054
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	47.867	22.107
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(91.349)	48.973
	(151)	(891)	1.369.886	994.247
Decréscimo (Acréscimo) de ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(187.445)	(21.830)
Partes relacionadas	-	-	86.653	(28.811)
Estoques	-	-	(90.340)	(142.297)
Depósitos judiciais	-	-	(23.876)	(3.356)
Outros ativos	-	-	(4.182)	(27.924)
Fornecedores	-	-	113.470	178.333
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	(40.803)	(38.879)
Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	6	(21)	542.240	38.686
Provisão para contingências	-	-	(46.880)	(44.748)
Outros passivos	(60)	60	(3.668)	4.984
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(205)	(852)	1.715.055	908.405
Pagamento de juros sobre empréstimos, APRs, debêntures e arrendamento	(27.559)	(9.666)	(169.886)	(48.646)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(67.806)	(153.002)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(27.764)	(10.518)	1.477.363	706.757
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(12)	(4)	39.260	(39.533)
Aumento de investimentos	-	-	-	4.162
Aquisição de imobilizado	(7)	-	(643.902)	(391.019)
Aquisição de intangível	-	-	(29.066)	(27.795)
Caixa líquido de combinação de negócios	-	-	48.580	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(19)	(4)	(585.128)	(454.185)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	-	-	1.753.266	613.212
Captações de subvenções governamentais	-	-	1.145	3.450
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(1.890.281)	(730.721)
Amortização de principal de subvenções	-	-	(14.581)	(15.960)
Ações preferenciais resgatáveis	(45.000)	(45.000)	(45.000)	(45.000)
Instrumentos financeiros	-	-	(16.185)	(47.079)
Tributos parcelados	-	-	(1.083)	(154)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(55.550)	(55.600)
Dividendos recebidos	171.671	349.338	-	-
Dividendos pagos	(97.701)	(293.138)	(210.114)	(442.461)
Amortização do principal de passivo de arrendamento	-	-	(32.178)	(21.414)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	28.970	11.200	(510.561)	(741.727)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	1.187	678	381.674	(489.155)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.351	3.673	532.477	1.021.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.538	4.351	914.151	532.477
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	1.187	678	381.674	(489.155)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

A Companhia participa como controladora das seguintes entidades:

A Solar.BR Participações Ltda. (“Solar.BR”) foi constituída em 25 de março de 2013 como forma empresarial de sociedade anônima de capital fechado, com sede em Fortaleza. Trata-se de uma holding controladora, desde 03 de julho de 2013, da Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda. As controladas da Companhia são responsáveis pela manufatura e distribuição dos produtos pertencentes a “The Coca-Cola Company”- TCCC, bem como da revenda das bebidas produzidas pela Cervejaria Heineken, CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda, Leão Alimentos e Bebidas Ltda, e os produtos da Marca ADES e Campo Verde. A área de atuação compreende todos os Estados do Nordeste, além do Mato Grosso e parte de Tocantins e Goiás.

Em 30 de março de 2021 foi constituída a Solar Bebidas S.A. (“Solar Bebidas”) após uma reorganização societária da Solar.BR com aporte dos investimentos nas controladas Norsa Refrigerantes S.A. (“Norsa”) e a Refrescos Guararapes Ltda. (“Regua”) na Solar Bebidas, passando esta a ser a controladora direta da Norsa e Regua..

Após o aporte da Regua e Norsa na Solar Bebidas, a Solar.BR passou a ser uma organização empresarial limitada e a Solar Bebidas passou a ser a controladora direta da Norsa e da Regua. Desta forma, a Renosa passou a participar em 40,75% na Solar.BR e 25,25% na Solar Bebidas, mantendo o controle com 66% ações. A Solar Bebidas passou a possuir como acionistas MAA Investimentos e Participações Ltda (“MAA Investimentos”) (34%), Renosa (25,25%) e Solar.BR (40,75%). Em 26 de janeiro de 2022, a Solar Bebidas S.A. em conjunto com as suas controladas “Grupo Solar” e seus acionistas controladores, realizarão uma combinação de negócio com o Grupo Simões, através da incorporação da Sipasa Participações S.A. (Sipasa), conforme descrito na nota 1, item “b”.

A Solar Bebidas tem como objetivo fortalecer a presença em sua área de atuação através de um plano de investimento voltado a massificar a execução de mercado, bem como incrementar a eficiência em toda sua cadeia produtiva. Atualmente é o segundo maior fabricante da Coca-Cola no Brasil e um dos 15 maiores fabricantes do Sistema Coca-Cola no mundo. Está entre as dez maiores empresas do Nordeste e uma das maiores empresas de bens de consumo do país.

Este conglomerado tem a capacidade para produzir mais de três bilhões de litros de bebida/ano para atender a mais de 380 mil pontos de venda, possui mais de 15 mil colaboradores distribuídos por 12 fábricas e 44 centros de distribuição nos 18 Estados de atuação.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantém investimentos através de controladas diretas, indiretas e "joint ventures", todas localizadas no Brasil, conforme segue:

	% de participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Controlada direta		
SOLAR.BR Participações Ltda.	32,86	40,75
SOLAR Bebidas S.A.	20,36	25,25
Controladas indiretas (através da SOLAR Bebidas):		
Norsa Refrigerantes S.A.	84,08	84,08
Refrescos Guararapes Ltda.	99,90	99,90
Tocantins Refrigerantes Ltda.	99,90	99,90
Norsa Refrigerantes S.A.	15,92	15,92
SolarPay Participações S.A.	78,50	78,50
Solar Energia Ltda.	100,00	100,00
4H Participações S.A. (a)	100,00	-
Brasil Norte de Bebidas S.A. (a)	100,00	-
Companhia Paraense de Bebidas S.A. (a)	100,00	-
Benevides Águas S.A. (a)	91,67	-
Controladas em conjunto ("joint ventures"):		
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	50,00	50,00
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	8,48	7,05
Trop Frutas do Brasil Ltda.	6,80	5,81
UBI 3 Participações Ltda.	11,46	11,00

a) Novas empresas advindas da combinação de negócio sobre a incorporação da Sipasa realizada em 26 de janeiro de 2022, conforme descrito na nota 1, item "b)".

A Renosa consolida a Solar BR Participações Ltda., bem como a Solar Bebidas S.A., possuindo, direta ou indiretamente, a maioria das ações que lhe concedem poder de controle sobre as operações da Companhia e seus riscos e benefícios.

a) Entidades controladas e controladas em conjunto

A Norsa é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como controladas a Solar Energia Ltda. e a Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref"- empresa não operacional), sendo que essa possui investimentos na Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. ("SolarPay"). A Norsa possui ainda investimento na 4H (Holding controladora das operacionais BNB, Compar e Benevides), controlada indireta da Solar Bebidas S.A.. O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Mato Grosso.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Entidades controladas e controladas em conjunto--Continuação

A Norsa consolida as informações da Tocref, Solar Energia e da SolarPay, assim como possui participação avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Crystal Águas do Nordeste Ltda., UBI3 Participações Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e Trop Frutas do Brasil Ltda.

A Regua é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos e atua nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão.

Para maiores informações sobre os demais investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, vide nota 13.

b) Principais eventos até 31 de dezembro de 2022

Combinação de Negócios - Incorporação da Sipasa Participações S.A.

Em 9 de agosto de 2021, a Solar Bebidas S.A. (“Companhia”, e em conjunto com as suas controladas “Grupo Solar”) e seus acionistas controladores, Renosa Participações S.A., (“Renosa”) e MAA Investimentos e Participações Ltda (“MAA Investimentos”), celebraram um Contrato de Associação com a Sipasa Participações S.A. (“Sipasa” ou “Grupo Simões”) e seus acionistas controladores (“Contrato de Associação”), aditado em 30.12.2021, que estabeleceu os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios de bebidas das seguintes empresas: (a) de um lado, Refrescos Guararapes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Crystal Águas do Nordeste Ltda.; e, de outro (b) da Brasil Norte Bebidas S.A. (“BNB”), Benevides Águas S.A. (“Benevides”) e COMPAR – Companhia Paraense de Refrigerantes (“Compar”), empresas do segmento de bebidas do Grupo Simões que atuam na produção, no engarrafamento, na distribuição de bebidas do portfólio de produtos da TCCC e na distribuição de produtos do portfólio da Heineken nos Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima (“Combinação de Negócios”).

A Combinação de Negócios foi implementada por meio da incorporação da Sipasa pela Companhia nos termos dos artigos 223, 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 (“Incorporação”).

Em 10 de agosto de 2021, as administrações do Grupo Solar e da Sipasa celebraram o Protocolo e Justificação da Incorporação, que foi aditado em 26 de janeiro de 2022, onde os acionistas das Companhias aprovaram a Incorporação em assembleias gerais de acionistas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Principais eventos até 31 de dezembro de 2022--Continuação

Combinação de Negócios - Incorporação da Sipasa Participações S.A.--Continuação

Com a consumação da Combinação de Negócios em 26 de janeiro de 2022 após a cessação das cláusulas suspensivas, o Grupo Solar emitiu novas ações que foram atribuídas aos acionistas da Sipasa. O número de ações emitidas pelo Grupo Solar foi calculado com base em uma relação de troca de 56,9677 novas ações ordinárias do Grupo Solar e 45,7772 novas ações preferenciais do Grupo Solar para cada 1 ação ordinária da Sipasa, de forma que os acionistas da Sipasa passaram a deter 19,3576% do capital social total da Companhia e a Renosa Participações S.A., controladora da Solar.Br, a Solar.Br e MAA Investimentos e Participações Societárias Ltda., em conjunto, passaram a deter os 80,6424% restantes. Os acionistas do Grupo Simões e a CCIL receberam na data de fechamento da Combinação de Negócios 250.190.569 ações ordinárias e 201.043.862 ações preferenciais de emissão do Grupo Solar.

O Grupo Simões foi fundado em 1943 e iniciou a parceria com a Coca-Cola em 1970 dando o primeiro passo para uma grande trajetória empresarial no mercado de bebidas na região Norte, inaugurando a primeira franquia de Coca-Cola em Manaus. Em 1976, o grupo expandiu a franquia para Belém até se consolidar com três fábricas de bebidas, 7 centros de distribuição e uma engarrafadora de água mineral (Belágua).

O total da contraprestação foi estimado com base no valor justo por ação do Grupo Solar, determinado a partir de projeções de fluxos de caixa e considera que os acionistas do Grupo Simões receberão 449.568.937 ações da Companhia.

No sentido de atender aos requisitos legais de reconhecimento da transação, a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para a elaboração de laudo de avaliação de valor justo, à data de aquisição.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Principais eventos até 31 de dezembro de 2022--Continuação

Combinação de Negócios - Incorporação da Sipasa Participações S.A.--Continuação

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados separadamente adquiridos foram as seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis adquiridos	Técnica de avaliação
Licença de distribuição e Direito de lavra	Multi-period excess earning O método considera o valor presente do fluxo de caixa projetado do intangível adotando uma taxa de desconto, estimada com base no WACC (<i>Weighted Average Capital Cost</i>) e no WARA (<i>Weighted Average Return on Assets</i>) calculados para a Empresa/ativo intangível.
Força de trabalho ("Workforce")	Replacement cost O método considera o valor justo do ativo intangível mensurado para cálculo do CAC (<i>Customer Acquisition Cost</i>) sendo utilizado para a aplicação do <i>Multi-period excess earning</i> .
Imobilizado	A metodologia utilizada na avaliação técnica seguiu as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, 14.653-1 Avaliação de Bens – Procedimentos Gerais e NBR-14653-5 - Avaliação de Máquinas, Equipamentos, Instalações e Bens Industriais e orientações do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE. O grau de fundamentação I, foi utilizado para avaliação dos bens, dentre os três níveis de precisão prescritos pela Norma.

	Notas	Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo circulante		
Caixa e equivalente a caixa		48.580
Contas a receber de clientes		85.015
Estoques	(a)	142.544
Instrumentos financeiros derivativos	(b)	4.130
Outros ativos		50.466
Total do ativo circulante		330.735
Ativo não circulante		
Depósito judicial		9.182
Impostos a recuperar		218.862
Outros ativos		2.456
Investimentos		10.658
Imobilizado	(c)	528.347
Imobilizado – mais valia		546.281
Direito de uso		7.004
Intangível	(d)	1.651.252
Total do ativo não circulante		2.974.042
Total do ativo		3.304.777

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Principais eventos até 31 de dezembro de 2022--Continuação

Combinação de Negócios - Incorporação da Sipasa Participações S.A.--Continuação

Passivo circulante	
Fornecedores	158.045
Empréstimos e financiamentos	(e) 29.139
Instrumentos financeiros derivativos	(b) 1.378
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	34.943
Obrigações tributárias	29.125
Passivo de arrendamento	6.939
Outros passivos	3.325
Total do passivo circulante	262.894
Passivo não circulante	
Empréstimos e financiamentos	63.856
Provisão para contingência	(f) 22.099
Imposto de renda e contribuição social diferido	(g) 566.080
Outros passivos	11.275
Total do passivo não circulante	663.310
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	(h) 2.377.220
Participação dos acionistas não controladores	1.353
Total do patrimônio líquido	2.378.573
Total do passivo e patrimônio líquido	3.304.777

(a) Refere-se ao ajuste a valor justo de estoques de produtos almoxarifados, baseado na estimativa de realização;

(b) Refere-se ao ajuste a valor justo de *hedge accounting de commodities* e moeda;

(c) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens de ativo imobilizado a ser depreciado de acordo com a vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação;

(d) Refere-se ao ajuste a valor justo da licença de fabricação de bebidas, direito de lavra e o ágio gerado na combinação de negócios;

(e) Refere-se ao ajuste a valor justo de juros de empréstimos contratados;

(f) Refere-se à provisão de processos trabalhistas e cíveis;

(g) Refere-se ao efeito de IRPJ/CSLL diferidos ocasionado pelo valor justo gerado;

(h) Refere-se à contrapartida dos ajustes (a) a (g) no patrimônio líquido.

Desde a data da incorporação, o Grupo Simões contribuiu para o consolidado com a receita líquida de R\$ 1.964.094 e com R\$ 220.397 de lucro antes do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022. Caso a incorporação tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022 a contribuição do Grupo Simões na receita líquida seria de R\$ 2.077.694 e de R\$ 214.403 no lucro antes do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com assessores, advogados e auditores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas e totalizaram R\$ 57.728.

A incorporação pela Solar Bebidas S.A. foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 01 de setembro de 2021; contudo, ainda estava sujeita às condições suspensivas indicadas no contrato celebrado entre as partes, que foi concluído em 26 de janeiro de 2022.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre esses países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram uma alta expressiva, encerrando o ano findo em 31 de dezembro de 2022 cotados acima de US\$ 85, o barril. O mesmo ocorreu com o gás natural, produto do qual a Rússia é a maior produtora global, cujo BTU (British Thermal Unit), medida mundial, chegou a US\$ 36. Adicionalmente, flutuação cambial com queda de 7% na média anual.

A inflação mundial, em função dos efeitos da guerra sobre a cadeia de suprimentos também apresentou pressão de alta. A inflação ocasionou aumento de taxa de juros, crescimento nos custos dos insumos utilizados pelas controladas da Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e suas controladas e foram considerados no momento da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Norsa Refrigerantes S.A.

Em 11 de março de 2022, a Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa"), realizou a sua 2ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") de acordo com o "Termo de Securitização do Agronegócio da 95ª (Nonagésima Quinta) emissão, sendo que o valor total da emissão foi de R\$ 600.000 mil.

A Norsa cedeu as debêntures para a Virgo, empresa responsável pelo processo de securitização que emitiu três séries de CRAs lastreadas em Debêntures. Os certificados foram emitidos nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476. A própria Companhia constituiu fiança fidejussória para o pagamento das obrigações da Debênture.

Semestralmente a Norsa efetua o pagamento de juros à Virgo que por sua vez repassa aos investidores do CRA.

No âmbito da emissão do CRA, os recursos líquidos captados pela Norsa por meio da emissão das Debêntures são destinados integral e exclusivamente para o pagamento de obrigações contratuais oriundas da aquisição de açúcar comercializados por qualquer um dos produtores rurais previstos na escritura de emissão das Debêntures nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 11.706 e não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação indicadas no termo de securitização.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

2ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Norsa Refrigerantes S.A-- Continuação

Por fim, destaca-se que o “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografia com Garantia Adicional Fidejussória em até 3 (Três) Séries Para Colocação Privada da Norsa Refrigerantes S.A.” foi celebrado em 11 de março de 2022; contudo, a liquidação do CRA foi realizada apenas em 19 de abril de 2022, razão pela qual a referida liquidação não consta das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022.

Aumento de capital social da 4H

Em 29 de setembro de 2022, a 4H (Holding controladora das operacionais BNB, COMPAR e Benevides) aumentou capital social mediante emissão de 1.106.585 novas ações ordinárias no valor total de R\$ 220.000 subscritas e integralizadas pelas acionistas Norsa que subscreveu e integralizou 674.011 ações no valor total de R\$ 134.000 e a acionista Regua subscreveu e integralizou 432.574 ações no valor total de R\$ 86.000.

Cisão da BNB

Em 01 de outubro de 2022, a BNB realizou cisão parcial com incorporação da parcela patrimonial cindida por COMPAR como processo de reorganização societária do grupo Solar do qual as sociedades participam e tem por objetivo transferir os estabelecimentos da BNB localizados no Estado de Rondônia para a COMPAR.

Venda de ações da 4H

Em 30 de novembro de 2022, a Solar Bebidas realizou a venda de 4.375.475 (quatro milhões, trezentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da 4H de sua titularidade e que representavam 79,81% do capital da Companhia para Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda. A primeira comprou 3.163.440 (três milhões, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta) ações e a segunda 1.212.035 (um milhão, duzentas e doze mil e trinta e cinco) ações respectivamente.

Análise dos efeitos da pandemia da COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19) como uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somados ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Análise dos efeitos da pandemia da COVID-19--Continuação

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, emitiu o ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 02/20, orientando as companhias abertas a avaliarem os impactos da COVID-19 de maneira cuidadosa em seus negócios e reportarem os principais riscos e incertezas advindos dessa análise nas demonstrações financeiras observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas a efeito como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivo de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

A seguir detalhamos as avaliações e conclusões dos impactos da pandemia da COVID-19 sobre as principais transações da Companhia.

i) Recuperabilidade de ativos financeiros (NBC TG 48)

Conforme divulgado na Nota 21, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito para seus saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada e instrumentos financeiros derivativos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam saldos em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 928.678. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e adicionalmente, vale ressaltar que o Banco Central implementou diversas medidas para aumentar a liquidez das instituições financeiras, de forma que nenhuma perda é esperada em função da pandemia da COVID-19.

Contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas com contas a receber)

As vendas da Companhia e suas controladas são realizadas 99,4% a prazo e 0,6% à vista. O risco de crédito dos saldos de contas a receber de clientes é mitigado por meio da provisão para perdas esperadas e embora no atual cenário exista a possibilidade de aumento da inadimplência de seus clientes, não existem indicativos de aumento significativo do risco de crédito dessas contrapartes. Os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre tais contrapartes não são significativos; dessa forma, nenhuma perda adicional é esperada.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Análise dos efeitos da pandemia da COVID-19--Continuação

ii) Recuperabilidade de ativos não financeiros (NBC TG 01 R4)

Estoques

Considerando que a Companhia e suas controladas possuem como atividade principal a venda de bebidas, as operações foram consideradas pelas autoridades públicas como essenciais, sendo que a abertura e funcionamento normal das suas fábricas e centros de distribuição, mediante a adoção de medidas de contenção da proliferação da COVID-19 foram autorizadas.

Os pedidos de compra junto aos fornecedores não foram comprometidos e continuaram sendo entregues normalmente, não ocorrendo interrupção da cadeia de suprimentos. Também seguindo a mesma justificativa para os pedidos de vendas.

Dessa forma, a Companhia e suas controladas avaliam que os riscos de realização dos estoques por um valor inferior ao valor realizável líquido já estão contemplados dentro das estimativas atuais de perdas e perdas adicionais em função da pandemia da COVID-19 não são esperadas.

Imobilizado e intangível

As operações da Companhia e suas controladas não sofreram interrupções, de forma que as fábricas e centros de distribuição continuam operando normalmente. A Companhia e suas controladas monitoram a capacidade de geração futura de caixa de forma a garantir que os fluxos de caixa descontados a valor presente não sejam inferiores ao investimento realizado.

A Companhia e suas controladas atualizaram os cálculos de recuperabilidade de seus ativos considerando os impactos da pandemia da COVID-19, porém, não foi identificada a necessidade de constituição de provisões para perda nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

iii) Tributos sobre o lucro (NBC TG 32 R4)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas efetuaram projeções e análises sobre a recuperabilidade dos tributos sobre o lucro considerando os efeitos da pandemia da COVID-19 e não identificou a necessidade de constituição de provisão para perda.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Análise dos efeitos da pandemia da COVID-19--Continuação

iv) Mensuração de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento (NBC TG 06-R3)

A Companhia e suas controladas continuam avaliando medidas de preservação de caixa como o diferimento ou redução dos aluguéis relativos aos imóveis locados.

Até o momento, não há efeitos significativos sobre o passivo de arrendamento em função da pandemia da COVID-19.

v) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção de dívidas e outros passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e commodities. Essas operações são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

Considerando a natureza dessas operações, e que as contrapartes (instituições financeiras) não deverão sofrer impactos relevantes em suas operações de forma que comprometa o risco de crédito dessas instituições financeiras, a Companhia e suas controladas consideram que a pandemia da COVID-19 não gerou impactos sobre a mensuração a valor justo de suas operações.

vi) Provisões e passivos contingentes

A Companhia e suas controladas avaliaram a natureza de suas provisões e passivos contingentes e não identificaram impactos decorrentes da COVID-19 sobre a mensuração contábil de tais transações.

vii) Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas avaliaram os critérios de reconhecimento de suas receitas, bem como a existência de quaisquer mudanças sobre as políticas de devolução ou outros compromissos de desempenho assumidos com seus clientes e considerando que nenhuma alteração ocorreu nas práticas de reconhecimento e, sendo assim, avaliou que a COVID-19 não gerou impactos sobre critérios de reconhecimento das receitas.

viii) Liquidez e cumprimento de compromissos financeiros

A Companhia e suas controladas continuam atendendo todos os índices e indicadores financeiros definidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos, ocorrendo inclusive melhora de tais indicadores. O *rating* da dívida da Companhia e de suas controladas foi reavaliado e a nota foi mantida no patamar anterior à pandemia da COVID-19.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Análise dos efeitos da pandemia da COVID-19--Continuação

viii) Liquidez e cumprimento de compromissos financeiros--Continuação

A Companhia e suas controladas estão comprometidas com as medidas de austeridade e preservação de caixa, de forma a garantir a sua continuidade operacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas com contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Declaração de conformidade e base de preparação--Continuação

A Administração considerou as orientações emanadas da orientação OCPC 07, emitidas pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas em relação à sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia foi constituída em 2 de março de 2021, e em 30 de março de 2021, a Solar.BR efetuou uma reorganização societária por meio do aporte dos investimentos nas controladas Norsa e Regua na Companhia. E a Companhia passou a ser a controladora direta da Norsa e Regua. Desta forma, até 31 de março de 2021, a Companhia não apresentou movimentações patrimoniais e não possuía operações a serem refletidas nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período findo naquela data, nem possui valores correspondentes para serem apresentados com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2023.

3. Políticas contábeis

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas Norsa, Regua e as controladas indiretas 4H Participações S.A. (holding controladora das operacionais BNB, COMPAR e Benevides), Tocref e Solar Energia, a controlada indireta SolarPay a partir de 20 de janeiro de 2021 e as controladas indiretas BNB, Compar e Benevides a partir de 26 de janeiro de 2022.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulte em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia e suas controladas avaliam se exercem controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, são eliminados por completo.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada. A baixa é efetuada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia e suas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

b) Investimentos

Investimento em coligadas

Os investimentos da Companhia e de suas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

O ágio relacionado às coligadas é incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado. Já que o ágio é fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), o valor contábil do investimento nas coligadas é integrado e não é reconhecido separadamente; portanto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das investidas. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados de acordo com a participação mantida nas coligadas quando for aplicável.

A participação societária nas coligadas é demonstrada na Nota 1.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas no mesmo exercício de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia e suas controladas calculam o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Investimentos--Continuação

Investimento em "joint ventures"

"*Joint venture*" é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da "*joint venture*". Controle conjunto é o compartilhamento de um controle estabelecido em contrato, existente apenas quando as decisões sobre as atividades pertinentes exigirem o consentimento unânime das partes que estiverem o compartilharem.

A análise efetuada na apuração de influência significativa ou controle conjunto é semelhante à análise necessária para determinar o controle em relação à uma controlada.

Os investimentos da Companhia e de suas controladas em suas "*joint ventures*" são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial e as operações não são consolidadas.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou "*joint venture*" é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as variações na participação da Companhia e de suas controladas no patrimônio líquido da coligada ou da "*joint venture*" a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou "*joint venture*" é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia e de suas controladas nos resultados operacionais da coligada ou "*joint venture*". Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da coligada ou na "*joint venture*", a Companhia e suas controladas reconhecerão sua participação em quaisquer variações (quando aplicável) na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou "*joint venture*" são eliminados em proporção à participação na coligada ou "*joint venture*".

A soma da participação da Companhia e suas controladas nos resultados de uma coligada ou "*joint venture*" apresentada na demonstração do resultado representa o resultado após os tributos e as participações na coligada ou "*joint venture*".

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Investimentos--Continuação

Investimento em “*joint ventures*”--Continuação

As demonstrações financeiras da coligada ou “*joint venture*” são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia e de suas controladas. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia e de suas controladas em sua coligada ou “*joint venture*”.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a “*joint venture*”, a Companhia e suas controladas mensuram e reconhecem qualquer investimento retido ao valor justo. No momento da perda de influência significativa, a eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou “*joint venture*” e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

c) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Os valores foram arredondados para o milhar mais próximo em todas as informações financeiras apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

d) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

d) Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa) a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

e) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) ao valor justo em cada data de reporte. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Mensuração do valor justo--Continuação

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia e suas controladas determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados.

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas analisam as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Para fins dessa análise, a Companhia e suas controladas confirmam as principais informações utilizadas na última avaliação confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Mensuração do valor justo--Continuação

A Companhia e suas controladas, em conjunto com os avaliadores externos, também comparam cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, nas características e nos riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

f) Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia e de suas controladas receberem pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento de receita:

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos é reconhecida quando a obrigação de desempenho for satisfeita, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Receita de contrato com cliente--Continuação

Venda de produtos e mercadorias--Continuação

A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, as quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia e de suas controladas). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia e suas controladas consideram, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente.

Contraprestação variável

Acréscimos e penalidades por atraso

A Companhia e suas controladas cobram de seus clientes acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de acréscimos e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento efetivo de tais valores.

Descontos por volume e pontualidade no pagamento

A Companhia e suas controladas oferecem descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia e suas controladas aplicam o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia e suas controladas aplicam os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no contas a receber de clientes para os descontos futuros esperados.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Receita de contrato com cliente--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “receita financeira” na demonstração do resultado.

g) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia e de suas controladas se referem às diferenças temporárias, ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera que seja aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos caso exista um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

g) Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber de clientes e a pagar apresentadas juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

h) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa ele é reconhecido como receita ao longo do exercício do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo ele é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem em prestações anuais iguais.

i) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

j) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e de suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e de suas controladas que tem como objetivo administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria ativos financeiros ao custo amortizado é a mais relevante para a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, conta vinculada, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa estão apresentados ao seu valor justo corrigidos pelos indicadores vigentes em cada aplicação.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.

A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas esperadas para todos os instrumentos financeiros não registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Para os passivos financeiros que não sejam registrados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento de subvenções governamentais, passivo de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas e são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva (quando estão sujeitos a juros). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos a contar da data da contratação.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

k) Contabilidade de *hedge*

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de variações de taxas de câmbio, preço de “*commodities*” e contra a exposição das variações de câmbio atribuíveis a empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Para operações que foram designadas para contabilidade de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam: a relação de *hedge*, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas para assumir o *hedge*.

A documentação inclui a identificação: i) do instrumento de cobertura; ii) o item protegido; iii) a natureza do risco coberto e como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de *hedge* atende aos requisitos de efetividade (incluído a análise de fontes de inefetividade de *hedge* e determinação do índice de *hedge*).

Uma relação de *hedge* se qualifica para contabilidade de cobertura se satisfizer todos os requisitos de eficácia:

- Existência de uma "relação econômica" entre o item coberto e o instrumento de cobertura.
- O efeito do risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam relação econômica.
- O índice da relação de *hedge* é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes relações de *hedge*:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

l) Distribuição de dividendos

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei.

Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de matérias-primas e outros materiais para produção é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo dos produtos vendidos de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de venda de produtos tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes". Sua realização é registrada na rubrica "receitas financeiras" pela fruição de prazo dos recebíveis.

n) Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

n) Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo imobilizado; as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 14.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

o) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures.

p) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

p) Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

q) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração da Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída a provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou quando não há contrato de venda firme com base no preço de mercado de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil no nível da unidade geradora de caixa.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

s) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem programa de participação nos resultados baseados em metas de curto e longo prazo.

t) Segmento operacional

A Companhia e suas controladas atuam no segmento de produção e comercialização de bebidas, sendo um único segmento operacional.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

u) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para curto prazo e de baixo valor.

Direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	<u>Taxas médias ponderadas de depreciação (ao ano)</u>
Frotas	17% a 100%
Imóveis	11% a 33%)
Máquinas e equipamentos	10% a 50%

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ou a suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 15.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

u) Arrendamentos--Continuação

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem o passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de período de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas, bem como pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa incremental de empréstimo na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). A concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor também é aplicada aos arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

v) Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e suas controladas. Os respectivos impactos são apresentados a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 – Instrumentos financeiros.	Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts –Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes.

A partir de 01 de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e suas controladas:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction</i>	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

v) Novas normas, alterações e interpretações--Continuação

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas às fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido de despesas de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos despesas adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa são detalhadas na Nota 16.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para obter mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 25.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido por meio de mercados ativos.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas reconhecem a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatárias)

A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia e suas controladas possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o período da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia e suas controladas reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia e suas controladas incluíram o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia e suas controladas têm exercido a opção de renovação para esses arrendamentos uma vez que haveria um efeito

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

negativo significativo na produção da Companhia e de suas controladas se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatárias)--Continuação

Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia e suas controladas normalmente os alugam por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber de clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como por exemplo por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outros).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes--Continuação

A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e de suas controladas, bem como a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota 8.

Arrendamentos - Estimativa da taxa de juros incremental

A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar o passivo de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e suas controladas teriam de pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar por prazo semelhante e com garantia semelhante. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia e suas controladas estimam a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera aspectos que são específicos da Companhia e de suas controladas (como o *rating* de crédito da subsidiária) nesta estimativa.

5. Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e os seus valores estão sendo reapresentadas em decorrência do reconhecimento de ajustes ocasionados por alterações nas premissas relacionadas a operações de risco sacado.

A seguir serão reapresentados os demonstrativos financeiros consolidados afetados com os devidos ajustes identificados:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

Balanço patrimonial consolidado

	01 de janeiro de 2021		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante			
Ativos circulantes	1.869.616	-	1.869.616
	<u>1.869.616</u>	<u>-</u>	<u>1.869.616</u>
Ativo não circulante			
Ativos não circulantes	5.961.894	-	5.961.894
	<u>5.961.894</u>	<u>-</u>	<u>5.961.894</u>
Total do ativo	<u>7.831.510</u>	<u>-</u>	<u>7.831.510</u>
Passivo circulante			
Fornecedores - risco sacado (a)	275.370	(275.370)	-
Empréstimos e financiamentos (a)	101.544	275.370	376.914
Passivos circulantes	1.402.853	-	1.402.853
	<u>1.779.767</u>	<u>-</u>	<u>1.779.767</u>
Passivo não circulante			
Passivos não circulantes	1.850.754	-	1.850.754
	<u>1.850.754</u>	<u>-</u>	<u>1.850.754</u>
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	2.273.454	-	2.273.454
Participação dos acionistas não controladores	1.927.535	-	1.927.535
Total do patrimônio líquido	<u>4.200.989</u>	<u>-</u>	<u>4.200.989</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>7.831.510</u>	<u>-</u>	<u>7.831.510</u>
	31 de dezembro de 2021		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante			
Ativos circulantes	1.704.780	-	1.704.780
	<u>1.704.780</u>	<u>-</u>	<u>1.704.780</u>
Ativo não circulante			
Ativos não circulantes	6.655.816	-	6.655.816
	<u>6.655.816</u>	<u>-</u>	<u>6.655.816</u>
Total do ativo	<u>8.360.596</u>	<u>-</u>	<u>8.360.596</u>
Passivo circulante			
Fornecedores - risco sacado (a)	251.141	(251.141)	-
Empréstimos e financiamentos (a)	711.522	251.141	962.663
Passivos circulantes	1.404.390	-	1.404.390
	<u>2.367.053</u>	<u>-</u>	<u>2.367.053</u>
Passivo não circulante			
Passivos não circulantes	1.139.389	-	1.139.389
	<u>1.139.389</u>	<u>-</u>	<u>1.139.389</u>
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	2.703.752	-	2.703.752
Participação dos acionistas não controladores	2.150.402	-	2.150.402
Total do patrimônio líquido	<u>4.854.154</u>	<u>-</u>	<u>4.854.154</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>8.360.596</u>	<u>-</u>	<u>8.360.596</u>

- (a) A Solar Bebidas mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca do recebimento antecipado. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Solar Bebidas efetua a liquidação do título com o banco, com um alargamento de prazo que é calculado através do spread estabelecido pela Bebidas. A Solar Bebidas também pode receber uma comissão do banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão pode ser em forma de depósito bancário ou em dilatação do prazo de pagamento por parte da Solar Bebidas. De acordo com entendimento anterior da administração, a operação acima realizada pela Solar Bebidas não altera significativamente os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Solar Bebidas classificou na rubrica de "Fornecedores – risco sacado", conta específica e destacada nos seus balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e em 01 de janeiro de 2021.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

5. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

Balanço patrimonial consolidado--Continuação

A Companhia revisou suas políticas contábeis referente à classificação das operações de risco sacado e passou a classifica-las como "Empréstimos e financiamentos". Como houve modificação nos termos originais na seção dos créditos aos bancos, mesmo não sendo significativos em relação ao: (i) prazo do ciclo operacional de pagamentos; (ii) não ocorrendo pagamento de juros; e (iii) não havendo modificação do valor do título. A Companhia optou pela reclassificação do passivo contra fornecedores e reconhecimento da dívida onerosa junto às instituições financeiras. Como os títulos cedidos (assim como toda a conta de fornecedores) já eram reconhecidos a valor presente em D-O, em contrapartida da conta de estoques, não houve impacto na demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstrações do patrimônio líquido e demonstração do valor adicionado, individuais e consolidadas. A recomposição do valor do dinheiro no tempo é reconhecida no resultado na conta de despesas financeiras. Ressaltamos que mesmo após reclassificação dos saldos de Fornecedores – risco sacado para empréstimos, não houve alteração na análise ou quebra de covenants financeiros.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

	31 de dezembro de 2021		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	1.047.924	-	1.047.924
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa:	(53.677)	-	(53.677)
	994.247	-	994.247
Fornecedores (b)	178.321	12	178.333
Fornecedores - risco sacado (a)	(21.930)	21.930	-
Decréscimo de outros ativos e passivos	(264.175)	-	(264.175)
	886.463	21.942	908.405
Pagamentos de juros e IR/CS	(201.648)	-	(201.648)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	684.815	21.942	706.757
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(454.185)	-	(454.185)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos (a)	4.997	608.215	613.212
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos (a)	(100.564)	(630.157)	(730.721)
Outras atividades de financiamento	(624.218)	-	(624.218)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(719.785)	(21.942)	(741.727)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(489.155)	-	(489.155)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.021.632	-	1.021.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	532.477	-	532.477
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(489.155)	-	(489.155)

(a) Segregação das entradas e amortizações ocorridas nas operações de risco sacado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	32	9	30.608	8.313
Equivalentes de caixa	5.506	4.342	883.543	524.164
	5.538	4.351	914.151	532.477

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com um percentual médio de 99,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (86,9% em 31 de dezembro de 2021) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e de suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Segue abaixo a composição:

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CDB	5.506	4.342	607.451	371.381
Debêntures compromissadas	-	-	152.497	86.755
Automáticas	-	-	3.920	66.028
Fundos de liquidez imediata	-	-	119.675	-
	5.506	4.342	883.543	524.164

7. Aplicações financeiras

	Taxa média (CDI)		Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento						
Banco do Brasil	99,0%	139,0%	-	-	1.995	1.752
Santander	89,0%	93,0%	-	-	15	14
Bradesco	100,0%	100,0%	121	109	121	39.617
Depósitos para reinvestimento						
Banco do Nordeste	100,0%	99,9%	-	-	12.396	11.046
			121	109	14.527	52.429
Circulante			121	109	2.131	41.383
Não circulante			-	-	12.396	11.046

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas (Nota 11)	807	334
Contas a receber de clientes	662.085	380.044
	662.892	380.378
(-) Ajuste a valor presente	(4.556)	(1.395)
(-) Abatimentos	(15.178)	(11.135)
	643.158	367.848
(-) Provisão para perdas esperadas com contas a receber	(17.566)	(9.833)
Circulante	625.592	358.015

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o vencimento do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	637.884	354.825
Vencidos:		
1 a 30 dias	3.548	14.167
31 a 60 dias	1.984	866
61 a 90 dias	710	543
91 a 120 dias	419	67
121 a 150 dias	223	11
151 a 180 dias	118	66
Vencidos há mais de 180 dias	440	-
	645.326	370.545
(-) Ajuste a valor presente	(4.556)	(1.395)
(-) Abatimentos	(15.178)	(11.135)
	625.592	358.015

Vide a seguir as movimentações na provisão para perdas esperadas:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(9.833)	(19.064)
Aporte de controladas	(10.405)	-
(+) provisões	(3.565)	(14.290)
(-) reversões	6.237	23.521
Saldo final	(17.566)	(9.833)

Em 31 de dezembro de 2022 o prazo médio de recebimento era de 28 dias (22 dias em 31 de dezembro de 2021).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

A política de provisão para perdas esperadas com contas a receber considera as perdas esperadas para a determinação do aumento do risco de crédito de acordo com o ciclo operacional e comercial do negócio. O risco de crédito de ativos financeiros aumenta desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias. Por conta disso, a Companhia e suas controladas classificaram os títulos vencidos mais antigos em uma matriz de provisão de perdas esperadas que foi definida tendo como base:

- Taxas de inadimplência históricas sobre a vida esperada do contas a receber;
- A classificação das operações de crédito de cliente sendo definida considerando o título que apresentasse maior risco (vencido a maior tempo).

No caso dos títulos renegociados (confissão de dívida), a provisão será revertida mediante o efetivo recebimento do título.

Para determinar a recuperação do contas a receber, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até a data de encerramento do exercício.

9. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	184.067	108.869
Matéria-prima e embalagem	219.684	163.285
Materiais auxiliares	4.856	2.754
Mercadorias para revenda	225.418	121.358
Almoxarifado	91.179	75.194
Almoxarifado - <i>marketing</i>	11.469	10.598
Estoque de vasilhames	5.638	7.391
Produtos em processo	3.034	2.599
	745.345	492.048
Provisão para perdas de estoques	(47.146)	(39.918)
(-) Ajuste a valor presente (a)	(12.451)	(7.790)
	685.748	444.340

(a) O ajuste a valor presente foi calculado com base no giro de estoque de 20 dias em 31 de dezembro de 2022 (20 dias em 31 de dezembro de 2021) e foi contabilizado em contrapartida do ajuste realizado no contas a pagar a fornecedores. Quando ocorre a venda do estoque ele transita para o resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Estoques--Continuação

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão para perda de estoques:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(39.918)	(31.227)
Aporte de controladas	(19.523)	-
(+) provisões	(41.037)	(34.456)
(-) reversões	53.332	25.765
Saldo final	(47.146)	(39.918)

A política de provisão para perdas de estoque considera as perdas esperadas com base na realização. Por conta disso, a Companhia e suas controladas classificaram os seus estoques de baixo giro uma matriz de provisão que foi definida tendo como base:

- Giro superior a 365 dias;
- Não classificados como itens estratégicos.

10. Impostos a recuperar e obrigações tributárias

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
ICMS a recuperar (a)	-	-	164.526	146.857
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	138.405	99.726
IPI a recuperar (d)	-	-	96.797	17.902
PIS/COFINS a recuperar (c)	-	-	467.629	724.296
IRPJ/CSLL a recuperar (e)	2.283	2.088	91.135	53.886
Outros impostos a recuperar	-	-	153	-
	2.283	2.088	958.645	1.042.667
Circulante	2.283	2.088	602.973	210.357
Não circulante	-	-	355.672	832.310
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	118.491	68.826
IRRF a recolher	4	-	8.603	3.154
IRPJ/CSLL a recolher	11	-	41.748	10.800
PIS/COFINS a recolher	1	2	76.690	43.387
IPI a recolher	-	-	11.260	6.023
Outros impostos a recolher	-	-	6.221	6.468
	16	2	263.013	138.658

(a) ICMS a recuperar no longo prazo - processos de restituições e ressarcimento em esfera administrativa.

(b) ICMS a recuperar sobre ativo fixo - a utilização do saldo é estimada em até aproximadamente 4 anos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Apropriação	31/12/2022	31/12/2021
Menos de 1 ano	57.636	42.863
Entre 1 e 2 anos	43.179	31.177
Entre 2 e 3 anos	28.777	19.130
Entre 3 e 4 anos	8.813	6.556
	138.405	99.726

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

(c) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS.

Dado o longo período envolvido de direito ao crédito e a complexidade que envolve o cálculo principalmente para o período anterior ao ano de 2011 que antecede a vigência e obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica e Escrituração Fiscal Digital (SPED), a Administração da Companhia e de suas controladas contrataram escritório de advocacia para endereçar as hipóteses de mensuração do direito ao crédito, assim como empresa especializada para apurar os valores envolvidos.

Em julho de 2019, a Regua obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado em 2007 e garantiu o direito do reconhecimento do crédito tributário.

Como é de conhecimento público, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativa protocoladas até a data da sessão em que for proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal.

Antes da decisão do STF, o tratamento contábil dispensado por cada entidade dependia de uma análise criteriosa da situação específica, levando em consideração a situação processual, o teor da respectiva decisão transitada em julgado e a existência ou não de confiança razoável na mensuração do valor de eventual ativo decorrente do assunto. Porém, com a recente decisão do STF, foram esclarecidas as principais dúvidas que permaneciam em aberto desde 15 de março de 2017, tais como o período de direito ao crédito, assim como a base de cálculo dos valores.

Conforme decisão acima citada, entidades que possuem pedidos administrativos e ações judiciais iniciadas antes de 15 de março de 2017 e que não tiveram o trânsito em julgado têm o direito de excluir o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS a partir do data do julgamento do STF e aguardam o trânsito em julgado de seu processo de forma consistente com a decisão do STF de maio de 2021, para iniciar os procedimentos para pleitear a compensação ou o ressarcimento dos valores pagos a maior, no período de abrangência de seu processos.

A Norsa e demais controladas possuem ações em julgamento pleiteando créditos a partir de 2002. Em setembro de 2021, a Norsa obteve decisão favorável transitada em julgado. O saldo total dos créditos tributários foi de R\$ 786.466, sendo R\$ 505.697 de principal e R\$ 280.769 de atualização monetária.

A BNB reconheceu crédito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, no período de 2012 a 2017, no valor total de R\$ 43.090, sendo R\$ 27.251 de principal e R\$ 15.839 de atualização monetária. O processo de compensação iniciou em Dez/21 e aguarda a homologação pela Receita Federal.

A Compar reconheceu crédito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, no período de 2012 a 2017, no valor total de R\$ 81.706, sendo R\$ 50.139 de principal e R\$ 31.567 de atualização monetária. Este processo ainda não possui o trânsito em julgado e, com isso, a compensação destes créditos não iniciou.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo no ativo é de R\$ 467.629 que será utilizado conforme demonstrado abaixo:

Apropriação	31/12/2022	31/12/2021
Em até 1 ano	424.737	114.450
Entre 1 e 2 anos	18.000	268.103
Entre 2 e 3 anos	-	238.345
Entre 3 e 5 anos	24.892	103.398
	467.629	724.296

d) IPI - Os créditos de IPI, referem-se em grande parte ao aporte da controlada Compar, que compõem créditos presumidos com a operação na ZFM (Zona Franca de Manaus). A Companhia tem analisado juntamente com os assessores jurídicos a possibilidade de utilizar esses créditos com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") e, nesse sentido, vem buscando novas possibilidades para agilizar a utilização dos saldos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

- e) Em 24 de setembro, o Superior Tribunal Federal julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IR e da CSLL sobre valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário. Em 05 de agosto de 2021, a Companhia e suas controladas impetraram Mandado de Segurança Cível objetivando o reconhecimento do direito à não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a SELIC, calculados sobre créditos fiscais em razão de repetição de indébito tributário, concentrados nos processos comentados no item (b) acima. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do seu processo para efetiva compensação fiscal dos valores.

11. Partes relacionadas

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Consolidado			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (b)						
Compra de insumo	-	27.391	(953.171)	-	81.851	(324.767)
Investimentos de mercado	-	80.325	97.948	3.921	14.433	15.406
	-	107.716	(855.223)	3.921	96.284	(309.361)
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (c)						
Compra de produtos de revenda	180	-	13.225	-	8.541	(52.984)
	180	-	13.225	-	8.541	(52.984)
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (d)						
Compra de produtos de revenda	-	15.526	(189.217)	-	33.353	(111.804)
Venda de insumos	627	-	102.997	334	-	4.184
Reembolsos de despesas	-	105	19.370	-	-	18.669
Arrendamento	-	18.901	(3.255)	-	19.788	(1.459)
	627	34.532	(70.105)	334	53.141	(90.410)
Solar.BR Participações Ltda. (e)						
Reembolsos de despesas	-	-	-	174	129	(40.330)
	-	-	-	174	129	(40.330)
Gás Carbônico de Manaus Ltda. (f)						
Compra de insumo	-	4.366	(21.694)	-	-	-
Reembolsos de despesas	502	-	-	-	-	-
	502	4.366	(21.694)	-	-	-
Shizen Veículos Ltda. (g)						
Reembolsos de despesas	10	-	-	-	-	-
	10	-	-	-	-	-
Terminal Portuário Novo Remanso S.A. (h)						
Reembolsos de despesas	21	-	-	-	-	-
	21	-	-	-	-	-
Murano Veículos Ltda. (i)						
Alienação de ativos	1.403	-	-	-	-	-
Reembolsos de despesas	19	-	-	-	-	-
	1.422	-	-	-	-	-
	2.762	146.614	(933.797)	4.429	158.095	(493.085)
Partes relacionadas	1.955	80.430	-	4.095	-	-
Contas a receber (Nota 8)	807	-	-	334	-	-
Fornecedores (Nota 17)	-	47.283	-	-	138.307	-
Passivo de arrendamento (Nota 15)	-	18.901	-	-	19.788	-
	2.762	146.614	-	4.429	158.095	-

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes e não sofrem atualização monetária.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Partes relacionadas--Continuação

- (a) *Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.*: Empresas controladas pela Companhia para pleno desempenho de suas atividades mercantis que compartilham de uma mesma estrutura administrativa/comercial denominada de Escritório central e corporativo, gerenciado e mantido pela Companhia, que repassa mensalmente estes títulos de despesas por meio de rateio. As despesas não se limitam à estrutura mencionada acima de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, mas também, aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessárias para manutenção do escritório. Adicionalmente, em 30 de novembro de 2022, aconteceu uma operação de compra e venda de ações (vide nota 1), entre a controladora e operacionais num montante de R\$ 914.925 (R\$ 50.000 quitados em novembro de 2022 e R\$ 864.925 a serem quitados até março de 2024). Não foi considerada taxa de juros na operação.
- (b) *Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.*: é uma empresa do grupo “*The Coca-Cola Company*” que produz e vende os concentrados para a elaboração das bebidas do portfólio da Coca-Cola. Em 31 de dezembro de 2022, a Recofarma possuía indiretamente, por intermédio da MAA investimentos, 27,4% de participação do capital social da controladora da Companhia. Fornecedor exclusivo do principal insumo da Companhia e de suas controladas, qual seja o concentrado, matéria-prima para fabricação de refrigerantes e outras bebidas. O prazo de pagamento vigente é de 30 dias. Adicionalmente dentro do plano anual de negócios a Companhia alinhou com a Recofarma planos estratégicos no sentido de desenvolver pontos de venda com a colocação de geladeiras (multimarcas) e investimentos em grandes clientes “*Key accounts*” nacionais, na qual a Recofarma negocia nacionalmente as condições contratuais e efetua o pagamento de forma centralizada, repassando posteriormente a parcela relativa à participação dos Fabricantes de acordo com seus respectivos territórios, realizando encontro de contas com os gastos com vendas.
- (c) *Leão Alimentos e Bebidas Ltda.*: é uma empresa da Norsa junto com Recofarma e as demais engarrafadoras do sistema Coca Cola Brasil. É um dos principais fornecedores dos produtos não carbonatados (sucos, chás e refrescos) para revenda. O prazo de pagamento vigente é de 44 dias.
- (d) *Crystal Águas do Nordeste Ltda.*: Fabricante de águas envasadas, cuja Norsa Refrigerantes S.A. detém 50% do seu controle. Refere-se às transações de compra e venda de Insumos (concentrado de sucos) e produtos acabados com a parte relacionada acima. Adicionalmente ocorre o reembolso de despesas da operação com os produtos de águas minerais e refrescos por meio de rateio e da locação (arrendamento) de uma linha de produção em Maceió/AL para produção de Kapo. Em dezembro de 2021 houve a migração da produção de Kapo para Norsa Refrigerantes S.A. O prazo de pagamento vigente é de 30 dias.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas--Continuação

- (e) Solar.BR Participações Ltda.: *Holding* coligada da Companhia, possuía controle direto das controladas da Companhia antes de 30 de março de 2021. Até julho de 2021, para pleno desempenho de suas atividades mercantis, as empresas coligadas, compartilhavam de uma mesma estrutura administrativa/comercial, denominada “Escritório central e corporativo” (contábil, fiscal, administrativo, jurídico, financeiro, recursos humanos, logística, comercial e industrial), gerenciado e mantido pela Solar.BR, que repassava mensalmente essas despesas para as empresas operacionais.
- (f) Gás Carbônico de Manaus Ltda.: Empresa controlada pelas *holdings* dos antigos controladores do Grupo Simões e atuais acionistas da Solar Bebidas S.A. que foca na produção de gás carbônico. Até 31 de dezembro de 2022, a empresa compartilhou de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, além de aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.
- (g) Shizen Veículos Ltda.: Empresa controlada pelas *holdings* dos antigos controladores do Grupo Simões e atuais acionistas da Solar Bebidas S.A. que foca na comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos. Até 31 de dezembro de 2022, a empresa compartilhou de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, além de aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.
- (h) Terminal Portuário Novo Remanso S.A.: Empresa controlada pelas *holdings* dos antigos controladores do Grupo Simões e atuais acionistas da Solar Bebidas S.A. que foca nas operações de terminais, cargas e descargas, depósito de mercadoria para terceiros. Até 31 de dezembro de 2022, a empresa compartilhou de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, além de aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.
- (i) Murano Veículos Ltda.: Empresa controlada pelas *holdings* dos antigos controladores do Grupo Simões e atuais acionistas da Solar Bebidas S.A., que foca na comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos. Até 31 de dezembro de 2022, a empresa compartilhou de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, além de aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas--Continuação

- (j) Brasil Norte Bebidas S.A.: Empresa controlada pela holding 4H Participações S.A., fabricante de refrigerantes, engarrafadora e distribuidora de bebidas em geral (refrigerantes, sucos, cervejas, destilados, chás e água mineral). Em abril de 2022, firmou operação de mútuo com a Solar Bebidas S.A. para suprir compromissos com obrigações em suas atividades administrativas operacionais.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

i) *Remuneração dos administradores*

A remuneração dos administradores e do Conselho de Administração da Companhia totalizou R\$ 22.454 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 10.604 para o período de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em sua última reunião (01/02/2023) um novo modelo de phantom shares visando (i) promover a criação de valor no longo prazo; (ii) assegurar o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos, fomentando retornos sustentáveis à comunidade, meio ambiente, colaboradores e parceiros; (iii) reforçar uma cultura meritocrática de alta performance; e (iv) preservar a capacidade da Companhia em atrair, reter e motivar os melhores talentos de mercado.

Estrutura do programa

Instrumento: *Phantom shares*

Ciclo de Outorga: Anual

Vesting: 3 anos

Tipo de Vesting: Cliff

Indicadores de Performance: EVA% (50%) e CAGR EBITDA per Share (50%)

Mecânica de funcionamento

Anualmente o Conselho de Administração outorgará aos elegíveis as *phantom shares* com base na política de remuneração executiva vigente. Nessa ocasião determinará os critérios de performance vinculados à referida outorga. Passado o período de vesting (3 anos), os parâmetros de performance são apurados e auditados. A partir dos resultados obtidos será verificada a quantidade de *phantom shares* a serem efetivamente transferidas a cada executivo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia--Continuação

i) *Remuneração dos administradores--Continuação*

Após transferidas a cada executivo, este terá até o 10º ano, a contar da data de outorga, para efetuar o resgate. Entende-se como “resgate” a conversão em dinheiro do valor monetário correspondente ao montante de *phantom shares* disponíveis para o executivo.

Como a liquidação ocorre com ativos monetários o plano é considerado como remuneração de empregados e não como benefício baseado em ações e, desta forma, é registrado como passivo contra o resultado do exercício.

Regras de saída

- a) No caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão, perderá as *phantom shares* que não tenham cumprido o período de vesting, as quais serão automaticamente canceladas, sem que o participante receba indenização ou benefício de qualquer natureza
- b) Nas hipóteses de demissão imotivada (por iniciativa da Companhia), aposentadoria compulsória ou não compulsória, invalidez permanente, interdição (decorrente da incapacidade mental para os atos da vida civil) e morte, o participante ou seu legítimo curador/dependente/sucessor, conforme o caso, (i) deverá resgatar todas as *phantom shares* que tenham cumprido o período de vesting e estejam, portanto, aptas a serem resgatadas, seguindo a janela de resgate definida pelo Conselho de Administração e comunicada pela área de recursos humanos; e (ii) no caso de ciclo de metas em aberto, o participante ou seu legítimo curador/dependente/sucessor, em caso de óbito, ou não, deverá resgatar as *phantom shares* a que o participante eventualmente faria jus após o encerramento do ciclo de metas, de forma proporcional ao período trabalhado, desde que o participante tenha trabalhado na Companhia por, no mínimo, 18 (dezoito) meses dentro do referido ciclo de metas, sendo que o pagamento somente será devido e realizado dentro da janela de resgate correspondente, respeitados os trâmites estabelecidos no regulamento.

Como a liquidação ocorre com ativos monetários o plano é considerado como remuneração de empregados e não como benefício baseado em ações e, desta forma, é registrado como passivo contra o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo era de R\$ 43.291 (R\$ 24.801 em 31 de dezembro de 2021) registrado em obrigações trabalhistas e previdenciárias. As despesas com as *phantom shares* em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 19.202 (R\$ 10.083 em 31 de dezembro de 2021).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas

Conta vinculada

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	29.394	26.386
	<u>30.200</u>	<u>27.192</u>

Obrigações com antigos acionistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	29.394	26.386
	<u>30.200</u>	<u>27.192</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Norsa possuía R\$ 806 referente à conta vinculada (Escrow) contratada junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. A expectativa de liquidação desses valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2022, a Norsa possuía R\$ 29.394 (R\$ 26.386 em 31 de dezembro de 2021) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (Escrow) contratada quando da aquisição do controle acionário da CBA em junho de 2011. A expectativa de liquidação desses valores ou sua liberação ao antigo acionista se dará dependendo dos prazos prescricionais dos processos.

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas que porventura venham a surgir contra a Companhia e suas controladas.

13. Investimentos

Composição dos saldos

			<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Participação % (31/12/2022)	Participação % (31/12/2021)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Avaliados a equivalência patrimonial:						
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	8,48%	7,05%	-	-	68.710	52.457
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (b)	50,00%	50,00%	-	-	63.822	58.939
Trop Frutas do Brasil Ltda.	6,80%	5,81%	-	-	9.384	8.247
Outros Investimentos	-	-	-	-	323	-
Ubi 3 Participações (Ades)	11,46%	11,00%	-	-	1	1
Solar.BR Participações Ltda. (a)	100,00%	100,00%	1.804.205	1.087.629	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR			859.950	859.950	-	-
Solar Bebidas S/A (a)	20,36%	25,25%	1.082.477	673.278	-	-
Ágio na constituição da Solar Bebidas S/A			532.338	532.338	-	-
			<u>4.278.970</u>	<u>3.153.195</u>	<u>142.240</u>	<u>119.644</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Investimentos--Continuação

Composição dos saldos--Continuação

- (a) Em 2 de março de 2021, foi constituída a Helius Participações Ltda., atualmente denominada Solar Bebidas S.A. ("SOLAR") e em 30 de março de 2021, a Solar.BR Participações S.A. ("Solar.BR") efetuou uma reorganização societária através do aporte dos investimentos nas controladas Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa") e a Refrescos Guararapes Ltda. ("Regua") e transformou a organização em limitada. E a Solar passou a ser a controladora direta da Norsa e da Regua.

Através dessa organização, a Renosa Participações S.A. passou a participar em 40,75% na Solar.BR Participações Ltda. e 25,25% na Solar Bebidas S.A., mantendo o controle com 66% ações, segregando o ágio na proporção da participação entre Solar Bebidas S.A. e Solar.BR Participações Ltda.

Em 26 de janeiro de 2022 ocorreu a combinação de negócios com o Grupo Simões que alterou a participação societária para 20,36%, conforme descrito na Nota 1.

- (b) O investimento na Crystal Águas do Nordeste Ltda. de 50,00% em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido e lucro do exercício desta investida é de R\$ 127.644 e R\$ 117.879, respectivamente.

i. Movimentações dos Investimentos (Controladora)

	Solar.BR	Solar Bebidas	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.723.006	-	2.723.006
Reestruturação societária da Solar.BR	(1.078.885)	1.078.885	-
Equivalência patrimonial	582.069	123.546	705.615
Outros resultados abrangentes	14.093	3.836	17.929
Distribuição de dividendos e dividendos propostos	(292.704)	(651)	(293.355)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.947.579	1.205.616	3.153.195
Equivalência patrimonial	237.361	147.096	384.457
Outros resultados abrangentes	585.209	362.615	947.824
Distribuição de dividendos e dividendos propostos	(105.994)	(100.512)	(206.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.664.155	1.614.815	4.278.970

- a) Em 26 de janeiro de 2022, através da incorporação ocorrida na controlada Solar Bebidas S.A., conforme transação realizada com o Grupo Simões, descrita na nota 1 a), a Companhia registrou o montante de R\$ 364.624, referente aos reflexos na diluição da participação da incorporação de Sipasa pela Solar Bebidas S.A, registrado em outros resultados abrangentes por ser reflexo na controlada direta.
- b) Em 26 de janeiro de 2022, através da incorporação ocorrida na controlada indireta Solar Bebidas S.A., conforme transação realizada com o Grupo Simões, descrita na nota 1 a), a Companhia registrou montante de R\$ 588.452, referente aos reflexos na diluição da participação da Solar.BR sobre a incorporação de Sipasa pela Solar Bebidas S.A, registrado em outros resultados abrangentes na Companhia, por ser reflexo da participação da Solar.Br na Solar Bebidas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Investimentos--Continuação

Composição dos saldos--Continuação

ii. Movimentações dos dividendos a receber (Controladora)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	651	56.623
Dividendos propostos por controladas	206.506	293.366
Recebimento de dividendos de controladas	<u>(171.021)</u>	<u>(349.338)</u>
Saldo Final	<u>36.136</u>	<u>651</u>

iii. Movimentações dos Investimentos (Consolidado)

	Leão	Crystal	Trop Frutas	UBI3	Outros Investimentos	Total
Em 31 de dezembro de 2020	55.292	55.008	22.486	19.913	-	152.699
Ajuste de avaliação patrimonial	(361)	-	-	-	-	(361)
Antecipação de dividendos	(3.527)	-	-	-	-	(3.527)
Equivalência patrimonial	1.053	3.931	(14.239)	-	-	(9.255)
Outros	-	-	-	(19.912)	-	(19.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>52.457</u>	<u>58.939</u>	<u>8.247</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>119.644</u>
Aporte de controlada	8.911	-	1.424	-	323	10.658
Equivalência patrimonial	(1.258)	4.883	(1.988)	-	-	1.637
Ajuste de avaliação patrimonial	(8)	-	1.701	-	-	1.693
Provisão para perda de investimento	8.608	-	-	-	-	8.608
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>68.710</u>	<u>63.822</u>	<u>9.384</u>	<u>1</u>	<u>323</u>	<u>142.240</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Imobilizado

a) Composição do imobilizado (Consolidado)

	31/12/2022			
	Taxas médias ponderadas de depreciação (a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	245.875	-	245.875
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7% e 6,0%	40.815	(18.713)	22.102
Edificações	3,7% e 6,0%	815.169	(296.241)	518.928
Máquinas e equipamentos	6,7% e 10,0%	2.198.215	(1.000.950)	1.197.265
Móveis e utensílios	10,0% e 8,0%	63.700	(33.248)	30.452
Garrafas e embalagens	20,0% e 14,0%	854.703	(698.961)	155.742
Geladeiras	10,0%, 11,0% e 20,0%	740.490	(406.736)	333.754
Computadores e periféricos	20,0% e 19,0%	62.315	(36.677)	25.638
Veículos	10,0%, 12,0% e 20,0%	333.732	(161.678)	172.054
Instalações	5,0%	331.758	(135.207)	196.551
Outras imobilizações	5,0%, 10,0% e 20,0%	63.628	(42.641)	20.987
Imobilizado em andamento	-	201.802	-	201.802
Provisão para perdas	-	(41.283)	-	(41.283)
		5.910.919	(2.831.052)	3.079.867

	31/12/2021			
	Taxas médias ponderadas de depreciação (a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	88.139	-	88.139
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	27.954	(11.200)	16.754
Edificações	3,7%	618.434	(223.084)	395.350
Máquinas e equipamentos	6,7%	1.170.156	(666.862)	503.294
Móveis e utensílios	10,0%	36.802	(25.898)	10.904
Garrafas e embalagens	20,0%	706.239	(603.756)	102.483
Geladeiras	10,0% e 20,0%	457.131	(303.828)	153.303
Computadores e periféricos	20,0%	53.681	(42.591)	11.090
Veículos	10,0% e 20,0%	215.036	(107.063)	107.973
Instalações	5,0%	274.840	(98.390)	176.450
Outras imobilizações	5,0% e 20,0%	34.879	(3.925)	30.954
Imobilizado em andamento	-	167.094	-	167.094
Provisão para perdas	-	(29.272)	-	(29.272)
		3.821.113	(2.086.597)	1.734.516

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do imobilizado (Consolidado)

	31/12/2021	Aporte de controladas	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros	31/12/2022
Terrenos	88.139	158.284	-	(449)	-	(99)	-	245.875
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.754	1.057	942	-	(1.107)	4.456	-	22.102
Edificações	395.350	85.243	14.145	(1.338)	(18.478)	44.006	-	518.928
Máquinas e equipamentos	503.294	591.419	83.332	4.568	(117.954)	132.606	-	1.197.265
Móveis e utensílios	10.904	20.356	4.653	(2.542)	(6.169)	3.250	-	30.452
Garrafas e embalagens	102.483	18.218	94.864	(5.299)	(61.873)	7.349	-	155.742
Geladeiras	153.303	62.070	200.016	(9.477)	(85.448)	13.290	-	333.754
Computadores e periféricos	11.090	5.292	12.614	198	(6.484)	2.994	(66)	25.638
Veículos	107.973	42.704	56.208	(935)	(38.240)	4.344	-	172.054
Instalações	176.450	87.233	10.334	(6.792)	(19.840)	(50.834)	-	196.551
Outras imobilizações	30.954	9.653	3.106	(1.991)	(2.552)	(19.322)	1.139	20.987
Imobilizado em andamento	167.094	13.557	163.688	(497)	-	(142.040)	-	201.802
Provisão para perdas (i)	(29.272)	(20.458)	-	-	-	-	8.447	(41.283)
	1.734.516	1.074.628	643.902	(24.554)	(358.145)	-	9.520	3.079.867

	31/12/2020	Aporte de controladas	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros	31/12/2021
Terrenos	86.225	-	1.914	-	-	-	-	88.139
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17.896	-	297	(1.001)	(961)	523	-	16.754
Edificações	399.346	-	11.461	(73)	(21.403)	6.019	-	395.350
Máquinas e equipamentos	512.071	-	65.713	(2.078)	(70.504)	(1.908)	-	503.294
Móveis e utensílios	12.259	-	1.070	(12)	(2.515)	102	-	10.904
Garrafas e embalagens	115.545	-	49.051	257	(62.440)	70	-	102.483
Geladeiras	132.146	-	78.741	(3.345)	(54.536)	217	80	153.303
Computadores e periféricos	9.395	-	5.864	(141)	(4.809)	28	753	11.090
Veículos	87.779	-	37.883	(3.703)	(13.986)	-	-	107.973
Instalações	171.207	-	13.016	(62)	(14.464)	6.753	-	176.450
Outras imobilizações	36.380	-	553	(1.272)	(2.475)	(2.232)	-	30.954
Imobilizado em andamento	51.412	-	125.456	-	-	(9.572)	(202)	167.094
Provisão para perdas	(17.430)	-	-	-	-	-	(11.842)	(29.272)
	1.614.231	-	391.019	(11.430)	(248.093)	-	(11.211)	1.734.516

(i) Nos últimos anos a Companhia e suas controladas realizaram uma reestruturação logística entre suas fábricas e centros de distribuição, resultando na realocação de produção e alteração de unidades que anteriormente eram fábricas para centros de distribuição. Em 2022, a Companhia e suas controladas realizaram o inventário e identificaram ativos que não seriam realocados ou reutilizados, realizando a provisão de R\$ 20.458 para a baixa desses ativos.

Garantias

Há bens dos imobilizados dados em garantia de financiamentos num montante de R\$ 291.331 (R\$ 29.139 em 31 de dezembro de 2021). Para o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), foram oferecidos terrenos, benfeitorias e máquinas e equipamentos. Para o FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), os bens classificados como máquinas e equipamentos, freezers e veículos são aqueles financiados nos respectivos contratos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do imobilizado (Consolidado)--Continuação

Imobilizado em andamento

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos e obras civis que entrarão em uso no exercício seguinte.

Custos de empréstimos capitalizados

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve custos de empréstimos capitalizados.

c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna da Administração, o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 31 de dezembro de 2022.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

15. Direito de uso e passivo de arrendamento

a) Direito de uso (Consolidado)

	Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Taxa média de amortização	17% a 100%	11% a 100%	10% a 50%	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.761	13.196	18.861	72.818
Aquisições	2.666	11.889	-	14.555
Depreciação	(14.972)	(5.478)	(2.308)	(22.758)
Atualização	1.865	2.795	3.188	7.848
Outros	-	(1.788)	-	(1.788)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.320	20.614	19.741	70.675
Aporte de controladas	2.514	4.490	-	7.004
Aquisições	29.459	21.018	-	50.477
Atualização	1.188	3.464	891	5.543
Depreciação	(19.939)	(10.782)	(2.216)	(32.937)
Outros	-	-	(943)	(943)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	43.542	38.804	17.473	99.819

b) Passivo de arrendamento (Consolidado)

	Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos (Nota 11 – Partes relacionadas)	Total
Taxa de juros incremental (média ponderada) (a.a.)	7,76% e 5,33%	8,56% e 5,33%	7,01%	7,01%	
Saldos em 31 de dezembro de 2020					
Circulante	11.398	2.205	222	1.574	15.399
Não Circulante	30.083	4.501	979	22.305	57.868
Aquisições	2.666	11.889	-	-	14.555
Atualização	1.852	2.039	-	3.190	7.081
Juros apropriados	2.243	1.465	7	1.277	4.992
Pagamentos principal	(14.409)	(4.477)	(222)	(1.653)	(20.761)
Pagamento de juros	(2.243)	(1.465)	(7)	(1.277)	(4.992)
Outros	197	5.727	(1)	(5.627)	296
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.787	21.884	978	19.789	74.438
Circulante	10.392	4.695	978	1.954	18.019
Não circulante	21.395	17.189	-	17.835	56.419
Aporte de controladas	2.187	4.752	-	-	6.939
Aquisições	29.459	21.018	-	-	50.477
Atualização	1.188	3.464	-	891	5.543
Juros apropriados	3.535	2.816	1	1.171	7.523
Pagamentos principal	(18.859)	(10.273)	(35)	(1.779)	(30.946)
Pagamento de juros	(3.535)	(2.816)	(1)	(1.171)	(7.523)
Baixas	-	-	(943)	-	(943)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.762	40.845	-	18.901	105.508
Circulante	20.990	7.302	-	2.216	30.508
Não circulante	24.772	33.543	-	16.685	75.000

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

a) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

Vencimentos	31/12/2022	31/12/2021
Menos de 1 ano	39.803	23.709
Entre 1 e 2 anos	32.393	20.535
Entre 2 e 5 anos	44.985	34.570
Acima de 5 anos	14.654	11.229
Valores não descontados	131.835	90.043
Ajuste a valor presente	(26.327)	(15.605)
Total do passivo de arrendamento	105.508	74.438

b) Crédito de PIS e COFINS potencial

A Companhia e suas controladas possuem direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos considerando o saldo dos contratos e o seu ajuste a valor presente.

Parte dos contratos de arrendamento de imóveis da Companhia e de suas controladas não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas; logo, o crédito é vedado pela legislação tributária.

	31/12/2022		31/12/2021	
	<u>Fluxo nominal</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Fluxo nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	132.290	105.507	88.939	74.438
PIS e COFINS potencial (9,25%)	12.237	9.759	8.227	6.886

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia e suas controladas adotaram como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal) e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

d) Crédito de PIS e COFINS potencial--Continuação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Fluxo real</u>		
Direito de uso	156.066	102.838
(-) Depreciação acumulada	(56.247)	(32.163)
	<u>99.819</u>	<u>70.675</u>
Passivos de arrendamento	131.835	90.043
(-) Ajuste a valor presente	(26.327)	(15.605)
	<u>105.508</u>	<u>74.438</u>
<u>Fluxo nominal</u>		
Direito de uso	175.997	111.671
(-) Depreciação acumulada	(63.523)	(36.941)
	<u>112.474</u>	<u>74.730</u>
Passivos de arrendamento	132.290	88.939
(-) Ajuste a valor presente	(17.085)	(7.513)
	<u>115.205</u>	<u>81.426</u>

As demais premissas, assim como o cronograma de vencimento das obrigações e as taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos de direito de uso poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna da Administração, o ativo de direito de uso da Companhia e de suas controladas não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 31 de dezembro de 2022.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Intangível

a) Composição do intangível (Consolidado)

	Taxas médias ponderadas de amortização (a.a.)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
				Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de investimentos	-	4.156.463	-	4.156.463	3.544.344
Direito de uso da marca	10%	1.051.414	(56.420)	994.994	7.861
Softwares e sistemas informatizados	20%	177.680	(147.292)	30.388	37.982
Softwares em desenvolvimento	-	21.810	-	21.810	5.050
		5.407.367	(203.712)	5.203.655	3.595.237

b) Movimentação do intangível (Consolidado)

	31/12/2021	Aporte de controladas	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Outros	31/12/2022
Ágio na aquisição de investimentos	3.544.344	612.119	-	-	-	-	-	4.156.463
Direito de uso da marca	7.861	1.039.027	-	-	(51.894)	-	-	994.994
Softwares e sistemas informatizados	37.982	106	10.182	(742)	(19.152)	1.946	66	30.388
Softwares em desenvolvimento	5.050	-	18.884	-	(178)	(1.946)	-	21.810
	3.595.237	1.651.252	29.066	(742)	(71.224)	-	66	5.203.655

	31/12/2020	Aporte de controladas	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Outros	31/12/2021
Ágio na aquisição de investimentos	3.522.058	-	-	-	-	-	22.286	3.544.344
Direito de uso da marca	1.105	-	7.305	-	(549)	-	-	7.861
Softwares e sistemas informatizados	22.433	-	15.926	-	(16.214)	15.268	569	37.982
Softwares em desenvolvimento	15.506	-	4.564	-	-	(15.268)	248	5.050
	3.561.102	-	27.795	-	(16.763)	-	23.103	3.595.237

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2022 a recuperação do valor contábil do ágio, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio. O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi de R\$ 10.134.913 em 31 de dezembro de 2022, e o valor contábil da unidade geradora de caixa era de R\$ 5.076.060 em 31 de dezembro de 2022.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela administração do Grupo Solar ao longo de cinco anos, mais perpetuidade. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado do Grupo Solar e na tendência do consumo de bebidas. No longo prazo, esses itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Intangível--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio--Continuação

No que se refere às despesas operacionais, essas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 15,35% e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,00%, considerando IPCA e uma taxa de crescimento real. Não foi identificada perda por redução ao valor recuperável como resultado dessa análise.

d) Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para a unidade geradora de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas - Previsão dos reajustes dos preços das mercadorias vendidas ocorrem em linha com a estimativa da inflação geral. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de 5 anos e após esse período aplica-se a extrapolação de perpetuidade de 5,00%, em modelo nominal.

Margens brutas - As margens brutas são calculadas com base no planejamento do Grupo Solar. Essas margens possuem suave crescimento devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custos provenientes de commodities, fator cambial e aumento de tributos.

Inflação de preços de matérias-primas - As estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às commodities em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Premissas de participação no mercado - Essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento, possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação do Grupo Solar no mercado de bebidas não alcoólicas tenha crescimento ao longo do período orçamentário.

e) Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Intangível--Continuação

f) Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso da referida unidade geradora de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder seu montante recuperável.

O Grupo Solar realizou a análise de sensibilidade da sua unidade geradora de caixa e concluiu que não resultaria no reconhecimento de redução do valor recuperável do ágio. As análises foram consideradas:

- Aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) para 16,12% em 2022; e
- Redução na Taxa de Crescimento Perpétuo para 4,75% em 2022.

17. Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas (Nota 11)	47.283	157.966
Fornecedores nacionais	1.101.822	715.981
Ajuste a valor presente	(19.574)	(8.818)
	1.129.531	865.129

18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas médias ponderadas			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
				(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante						
Banco do Nordeste S.A - FNE (a)	2,90% a.a.	3,27% a.a.	3,27% a.a.	5.135	5.007	3.821
Basa - FNO (a)	8,61% a.a.	-	-	6.662	-	-
FINAME/BNDES (a)	5,84% a.a.	5,21% a.a.	5,21% a.a.	30.400	13.515	18.757
Operações de risco sacado (d)	-	-	-	357.670	251.141	275.370
CCB	-	-	5,42% a.a.	-	-	50.334
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA (b)	1ª série = CDI+0,22%; 2ª série CDI+0,46% e 3ª série CDI+0,67%	Juros de 96% do CDI	Juros de 96% do CDI	6.311	668.450	283
Capital de Giro (c)	juros CDI +1,92 a CDI + 2,74%	5,42 a 5,61 a.a. e juros 145% do CDI	5,42 a 5,61 a.a. e juros 145% do CDI	5.928	24.550	28.349
				412.106	962.663	376.914
Não circulante						
Banco do Nordeste S.A - FNE (a)	2,90% a.a.	3,27% a.a.	3,27% a.a.	5.303	10.452	15.412
Basa - FNO (a)	8,61% a.a.	-	-	11.887	-	-
FINAME/BNDES (a)	5,84% a.a.	5,21% a.a.	5,21% a.a.	25.113	15.624	30.630
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA (b)	1ª série = CDI+0,22%; 2ª série CDI+0,46% e 3ª série CDI+0,67%	Juros de 96% do CDI	Juros de 96% do CDI	585.743	-	655.480
Capital de Giro (c)	juros CDI +1,92 a CDI + 2,74%	5,42 a 5,61 a.a. e juros 145% do CDI	5,42 a 5,61 a.a. e juros 145% do CDI	11.748	110.000	126.041
				639.794	136.076	827.563
Total de empréstimos e financiamentos				1.051.900	1.098.739	1.204.477

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (a) O FNE é garantido por fiança bancária, conta reserva com valor equivalente a três parcelas do financiamento e aval do controlador; já o FNO e o FINAME são garantidos por alienação fiduciária e aval cruzado.
- (b) Na 1ª Emissão de CRA as garantias são asseguradas por meio de aval da controladora da Companhia, a Solar.BR Participações Ltda., sendo a remuneração sobre o valor nominal unitário do saldo devedor. A liquidação da operação ocorreu em setembro de 2022. Na 2ª Emissão de CRA, que ocorreu em abril de 2022 as garantias são asseguradas por meio de Aval da Controladora Solar Bebidas S.A., sendo a remuneração sobre o valor nominal unitário do saldo devedor. A liquidação da operação começa no 4º ano e segue até o 10º ano da operação.
- (c) A Companhia e suas controladas possuem capitais de giro em moeda estrangeira com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações e contratou "swaps" com mesmos prazos, taxas e valores. A mensuração desses passivos pelo seu valor justo ao resultado evitando descasamento contábil. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 21.
- (d) As operações de risco sacado da Companhia permitem aos seus fornecedores, por intermédio de instituições bancárias, realizarem a antecipação dos seus recebíveis. Nessas operações a Companhia tem apenas ganho de prazo para liquidação dos títulos que anteriormente estavam vinculados aos fornecedores. Os contas a pagar são trazidos a valor presente contra o ativo ou despesa a que se refere. Os juros embutidos são reconhecidos como despesas financeiras com o passar do tempo da operação.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
Saldo inicial	1.098.739	1.204.477	1.443.918
Aporte de controladas	92.995	-	-
Captação	1.753.266	875.844	878.782
Juros apropriados	90.677	40.745	39.507
Atualização monetária	11.617	-	-
Variação cambial	(194)	178	4.287
Amortização de principal	(1.890.281)	(993.516)	(1.090.040)
Juros pagos	(103.338)	(29.925)	(72.641)
Despesa de captação	3.328	3.061	664
Ajuste a valor presente	(4.909)	(2.125)	-
Saldo final	1.051.900	1.098.739	1.204.477

Os empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimentos	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
Em até 1 ano	412.106	962.663	376.914
Entre 1 e 2 anos	31.960	126.762	692.174
Entre 2 e 3 anos	16.602	8.389	126.386
Entre 3 e 5 anos	591.232	925	9.003
	1.051.900	1.098.739	1.204.477

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas e não possui conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão principalmente relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas. O CRA possui índice financeiro que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Companhia que deverá ser menor que 3,5 x EBITDA ajustado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o índice de 0,21 x EBITDA ajustado(0,76 x EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2021).

Garantias

<u>Garantias</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
		(reapresentado)	(reapresentado)
Aval	609.730	803.000	860.487
Alienação	18.549	-	-
Fiança bancária	65.951	44.598	68.620
	694.230	847.598	929.107
Operação de risco sacado	357.670	251.141	275.370
Total	1.051.900	1.098.739	1.204.477

19. Debêntures

Em 28 de junho de 2019, foi assinada a escritura de emissão de debêntures (2ª emissão) junto ao Banco Votorantim no montante de R\$ 250.000 emitida em duas séries, sendo a 1ª série de R\$ 139.000 e a 2ª série de R\$ 111.000 conforme demonstrado abaixo:

<u>Entidades financiadoras da operação</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Tipo de emissão</u>	<u>Valor total na data da emissão</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>		<u>Consolidado</u>	
						<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante									
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simple	139.000	105,15% CDI	-	9,62%	-	27.830
Banco Votorantim	28/06/2019	28/12/2022	Simple	111.000	108,00% CDI	14,74%	9,88%	55.481	39.649
								55.481	67.479
Não circulante									
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2024	Simple	111.000	108,00% CDI	14,74%	9,88%	27.695	83.076
								27.695	83.076
Total de debêntures								83.176	150.555

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Debêntures--Continuação

A movimentação de debêntures está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	150.555	200.452
Juros apropriados	18.005	8.461
Amortização de principal	(55.550)	(55.600)
Juros pagos	(29.944)	(2.867)
Despesa de captação	110	109
Saldo final	83.176	150.555

As debêntures têm o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Menos de 1 ano	55.481	67.479
Entre 1 e 2 anos	27.695	55.500
Entre 2 e 3 anos	-	27.576
	83.176	150.555

Limites e índices financeiros: o índice financeiro que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Companhia deverá ser menor que 3,5 x EBITDA ajustado conforme índice exigido em contrato. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o índice de 0,21 x EBITDA ajustado (0,76 x EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2021).

Remuneração: A emissão de debêntures em 2019 ocorreu em duas séries, sendo a remuneração da 1ª série de 105,15% e da 2ª série 108% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (dias úteis), calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI").

Garantias

<u>Garantias</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aval	83.176	150.555
	83.176	150.555

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	4.213	5.793
Benefícios a pagar	7.811	5.606
Encargos a pagar	21.743	16.876
Férias e encargos sobre férias a pagar	87.722	58.415
Prêmio por desempenho a pagar	105.850	71.544
Outros	407	71
	<u>227.746</u>	<u>158.305</u>

21. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados pelo custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de *hedge*, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido.

Os instrumentos financeiros ativos são representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e saldos a receber de partes relacionadas. E os instrumentos financeiros passivos são representados principalmente por empréstimos e financiamentos, debêntures, subvenções governamentais, instrumentos financeiros derivativos, passivo de arrendamento, fornecedores, fornecedores - risco sacado.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Níveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Ativos financeiros					
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	-	914.151	914.151	532.477	532.477
Contas a receber de clientes	-	625.592	625.592	358.015	358.015
Partes relacionadas	-	1.955	1.955	4.019	4.019
Conta vinculada	-	30.200	30.200	27.192	27.192
		1.571.898	1.571.898	921.703	921.703
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	14.527	14.527	52.429	52.429
		14.527	14.527	52.429	52.429
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados abrangentes					
Contratos a termo de mercadorias	2	34.113	34.113	44.956	44.956
Contratos a termo de moeda	2	3.014	3.014	6.209	6.209
Contratos a termo de alumínio	2	-	-	1.296	1.296
Contratos de swap	2	-	-	24	24
		37.127	37.127	52.485	52.485
Passivos financeiros					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	-	1.129.531	1.129.531	865.129	865.129
Empréstimos e financiamentos	-	1.051.900	1.059.118	1.098.739	1.112.662
Debêntures	-	83.176	85.008	150.555	153.127
Subvenções governamentais	-	24.066	24.066	35.486	35.486
Partes relacionadas	-	80.430	80.430	-	-
Passivo de arrendamento	-	105.508	105.508	74.438	74.438
		2.474.611	2.483.661	2.224.347	2.240.842
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados abrangentes					
Contratos a termo de mercadorias	2	2.146	2.146	3.112	3.112
Contratos a termo de moeda	2	4.382	4.382	1.559	1.559
Contratos a termo de alumínio	2	412	412	-	-
Contratos de swap	2	22.373	22.373	47	47
		29.313	29.313	4.718	4.718

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.2. Valor justo

Em relação ao valor justo dos ativos e passivos financeiros, são considerados os seguintes métodos e premissas para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, conta vinculada, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, fornecedores – risco sacado, contas a receber e a pagar a partes relacionadas se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao prazo e natureza do ativo.
- Aplicações financeiras estão apresentadas ao seu valor justo, corrigidas pelos indicadores vigentes em cada aplicação.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos atrelados à CDI e taxas-pré foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes, apresentando 5,85% a.a. (5,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021). No caso das debêntures atreladas ao CDI, ele foi determinado pelos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentando 14,74% a.a. (9,67% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base na mensuração técnica, bem como com base em dados observáveis no mercado e referem-se principalmente a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo, opções e “swaps”, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da “commodity” objeto.

21.3. Operações com derivativos

Risco em moeda estrangeira

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é efetuar *hedge* da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos contratando “swaps” de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.3. Operações com derivativos--Continuação

Risco em moeda estrangeira--Continuação

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido que possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o critério dos termos críticos – o método prospectivo. O teste de efetividade é feito no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge* em relação a prazos, amortizações, “*notional*” contratado e pagamento de juros, garantindo a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de mercado (taxa de juros, câmbio e preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão destes riscos é supervisionada pela Companhia e suas controladas de acordo com a estrutura de governança apropriada para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia e de suas controladas sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais principalmente com relação ao caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos ativos.

Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras ativas somente com bancos de primeira linha, que possuem classificação de risco (*rating*) de “Grau de Investimento”. Na gestão de suas contas a receber de clientes a Companhia e suas controladas adotam monitoramento ativo de clientes, revisão periódica de limites de clientes e controle rígido de prazos e modalidades de recebimento.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) Riscos de mercado

Os riscos de mercado são riscos de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de “*commodities*”. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas que são afetados pelos riscos de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, empréstimos e financiamentos, e debêntures, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros e variação cambial.

iii) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente aos empréstimos em moeda estrangeira e custos indexados à moeda estrangeira (*commodities*).

A Companhia e suas controladas gerenciam seus riscos de câmbio por meio de transações de *hedge* designados e não designados em estruturas de “*hedge accounting*”. Dessa forma, a Administração da Companhia e de suas controladas entende estar protegida ao risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados às operações de “*swap*”.

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (libra/peso)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	19.550	Dez/2022	USD	5,34	276	(2.099)
	13.250	Jan/2023	USD	5,37	169	(1.480)
	10.970	Fev/2023	USD	5,33	472	(394)
	10.000	Mar/2023	USD	5,34	490	(217)
	7.800	Abr/2023	USD	5,32	613	(45)
	7.000	Mai/2023	USD	5,37	539	(147)
	5.850	Jun/2023	USD	5,38	455	-
31 de dezembro de 2022	74.420			5,35	3.014	(4.382)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) Risco de câmbio --Continuação

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (libra/peso)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	12.600	Jan/2022	USD	5,34	3.905	-
	10.650	Fev/2022	USD	5,53	1.129	(305)
	8.700	Mar/2022	USD	5,57	839	(275)
	7.400	Abr/2022	USD	5,70	281	(343)
	4.350	Mai/2022	USD	5,80	8	(270)
	3.450	Jun/2022	USD	5,83	43	(223)
	2.200	Jul/2022	USD	5,90	4	(143)
31 de dezembro de 2021	49.350			5,67	6.209	(1.559)

iv) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de taxas de juros refere-se principalmente aos equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures que possuem taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado por meio do monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam reduzir eventuais impactos negativos das variações de taxas de juros.

v) Risco de preço de commodities

A Companhia e suas controladas compram açúcar e alumínio em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar e alumínio para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de gestão de riscos que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento do preço de tais "commodities".

Com o estabelecimento desses contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar/alumínio). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

v) Risco de preço de commodities--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa para proteção da exposição ao risco de “*commodities*” estão demonstrados na tabela a seguir:

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (libra/peso)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	34	Jan/2023	Açúcar	19,50	162	(30)
	1.232	Fev/2023	Açúcar	14,99	19.889	(441)
	78	Mar/2023	Açúcar	18,19	482	(327)
	235	Abr/2023	Açúcar	17,54	1.793	(676)
	146	Jun/2023	Açúcar	17,08	785	(124)
	78	Set/2023	Açúcar	16,57	609	(153)
	683	Fev/2024	Açúcar	15,05	9.707	(395)
	90	Abr/2024	Açúcar	16,39	331	-
	101	Jun/2024	Açúcar	16,02	319	-
	22	Fev/2025	Açúcar	16,30	28	-
	22	Abr/2025	Açúcar	16,00	8	-
31 de dezembro de 2022	2.721			16,69	34.113	(2.146)

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (libra/peso)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	486	Fev/2022	Açúcar	12,77	16.803	(63)
	459	Abr/2022	Açúcar	18,13	2.528	(1.046)
	34	Mai/2022	Açúcar	19,00	144	(118)
	354	Jun/2022	Açúcar	16,88	4.284	(1.051)
	291	Set/2022	Açúcar	13,73	7.683	(182)
	22	Out/2022	Açúcar	18,80	-	(55)
	616	Fev/2023	Açúcar	14,81	8.630	-
	22	Mar/2023	Açúcar	18,71	-	(35)
	22	Abr/2023	Açúcar	17,10	67	-
	157	Jun/2023	Açúcar	14,04	2.517	-
	56	Set/2023	Açúcar	13,57	1.007	-
	134	Fev/2024	Açúcar	15,62	1.118	(562)
	56	Abr/2024	Açúcar	16,02	96	-
	45	Jun/2024	Açúcar	15,68	79	-
31 de dezembro de 2021	2.754			16,06	44.956	(3.112)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

u) Risco de preço de commodities--Continuação

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (dólar/tonelada)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	50	Dez/2022	Alumínio	2.727,00	-	(88)
	100	Fev/2023	Alumínio	2.363,55	-	(17)
	125	Mar/2023	Alumínio	2.340,99	-	(5)
	175	Abr/2023	Alumínio	2.581,82	-	(204)
	25	Mai/2023	Alumínio	2.504,50	-	(15)
	25	Jun/2023	Alumínio	2.508,50	-	(14)
	50	Jul/2023	Alumínio	2.656,50	-	(69)
31 de dezembro de 2022	550			2.526,12	-	(412)

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (dólar/tonelada)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	100	Jan/2022	Alumínio	2.347,50	228	-
	75	Fev/2022	Alumínio	2.456,67	145	-
	75	Mar/2022	Alumínio	2.456,67	146	-
	75	Abr/2022	Alumínio	2.456,67	146	-
	75	Mai/2022	Alumínio	2.456,67	146	-
	75	Jun/2022	Alumínio	2.456,67	144	-
	100	Jul/2022	Alumínio	2.592,25	115	-
	75	Ago/2022	Alumínio	2.673,00	51	-
	75	Set/2022	Alumínio	2.673,00	49	-
	75	Out/2022	Alumínio	2.673,00	45	-
	75	Nov/2022	Alumínio	2.673,00	40	-
	75	Dez/2022	Alumínio	2.673,00	41	-
31 de dezembro de 2021	950			2.549,01	1.296	-

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

vi) Risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade de a Companhia e suas controladas não serem capazes de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Visando assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas observam critérios específicos para: (i) mensuração e manutenção de um saldo mínimo de disponibilidades e aplicações financeiras “caixa mínimo”; (ii) destinação deste saldo em investimentos financeiros; e (iii) contratação de novas operações.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

vi) Risco de liquidez--Continuação

Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 10 anos
Fornecedores	1.129.531	1.138.986	1.138.986	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.051.900	1.092.145	433.832	33.309	625.004
Debêntures	83.176	92.739	63.757	28.982	-
Subvenções governamentais	24.066	26.707	14.366	-	12.341
Instrumentos financeiros derivativos	29.313	29.313	29.313	-	-
Partes relacionadas	80.430	80.430	80.430	-	-
Passivo de arrendamento	105.508	131.834	39.803	32.393	59.638
Em 31 de dezembro de 2022	2.503.924	2.592.154	1.800.487	94.684	696.983

Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Fornecedores	865.129	873.853	873.853	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.098.739	1.177.151	1.031.718	134.980	10.453
Debêntures	150.555	174.195	83.490	61.716	28.989
Subvenções governamentais	35.486	40.106	15.239	13.830	11.037
Instrumentos financeiros derivativos	4.718	4.718	4.718	-	-
Passivo de arrendamento	74.438	90.043	23.709	20.535	45.799
Em 31 de dezembro de 2021	2.229.065	2.360.066	2.032.727	231.061	96.278

21.5. Contabilidade de *hedge*

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.5. Contabilidade de *hedge*--Continuação

Para fins de contabilidade de “*hedge*” (*hedge accounting*) existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como hedge swap na data base de 31 dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados na tabela a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contratos de swap:		
Ativo		
Libor x CDI	-	24
Passivo		
IPCA x CDI	(22.373)	(47)
Subtotal swap	(22.373)	(23)
Contratos de termo/NDF:		
Ativo		
Compra a termo de mercadorias	34.113	44.956
Compra a termo de moeda	3.014	6209
Contratos a termo de alumínio	-	1.296
Passivo		
Compra a termo de mercadorias	(2.146)	(3.112)
Compra a termo de moeda	(4.382)	(1.559)
Contratos a termo de alumínio	(412)	-
Subtotal termo	30.187	47.790
Total	7.814	47.767

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.5. Contabilidade de *hedge*--Continuação

Os efeitos das relações de *hedge* de fluxo de caixa formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ajustes de valor justo – ganhos reconhecidos no patrimônio líquido	(98.647)	669
Ajuste de valor justo – perdas reconhecidas no patrimônio líquido	121.495	(31.761)
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	(6.805)	10.573
Reclassificação do patrimônio líquido para o resultado	(8.779)	2.231
	<u>7.264</u>	<u>(18.288)</u>

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de “*hedge*” é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do “*hedge*” é reconhecida no resultado do exercício.

21.6. Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia e suas controladas efetuaram a análise do impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas ao IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo utilizou como base a taxa efetiva DI que em 31 de dezembro de 2022 era 13,65% a.a., impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Companhia é de manutenção da taxa de 5,61% a.a. em 31 de dezembro de 2022. Sobre a TJLP, o cenário considerado pelo Companhia é a manutenção da taxa de 7,37% a.a.

Para as subvenções governamentais, nos estados de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte não há atualização da parcela financiada e no estado do Maranhão é 100% do IGPM.

Operações	Saldo contábil em 31/12/2022	Risco (taxa)	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Equivalentes de caixa	914.151	Baixa do CDI	119.190	89.393	59.595
Aplicações financeiras	14.527	Baixa do CDI	1.959	1.469	980
Conta vinculada	30.200	Baixa do CDI	4.079	3.059	2.040
Empréstimos e financiamentos	1.051.900	Alta do CDI	(89.367)	(111.709)	(134.051)
Debêntures	83.176	Alta do CDI	(12.271)	(15.339)	(18.407)
Exposição líquida (despesas financeiras)			23.590	(33.127)	(89.843)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.6. Análise de sensibilidade--Continuação

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros suscetíveis à variação cambial ou do preço da “commodity”, uma vez que mediante contratação de operações a termo “*Non-Deliverable Forward - NDF*” e ordens de compra tem um preço travado para o valor futuro. Entretanto, é possível que o valor de mercado do dólar ou das “commodities” oscile para baixo, isto é, abaixo das taxas contratadas. A administração da Companhia considera como um risco a possibilidade de pagar taxas acima do mercado devido à compra antecipada das operações em termo ou opção. Embora essas oscilações não afetem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração realizou uma análise de sensibilidade dos contratos firmados em 31 de dezembro de 2022 com a possibilidade da redução do valor a mercado de dólar, açúcar e alumínio em 25% e 50%. Segue abaixo:

Balanço	Commodities	Notional	Taxa Contratada	Provável	Redução da Taxa MTM	
					25%	50%
Ativo	USD/BRL	36.770	5,28	3.014	(43.841)	(90.803)
Passivo	USD/BRL	37.650	5,41	(4.382)	(52.857)	(101.738)
Ativo	Açúcar	2.721.600	15,64	34.113	26.697	17.798
Passivo	Açúcar	-	17,87	(2.146)	(2.683)	(3.219)
Passivo	Alumínio	550	2.500,54	(412)	(490)	(567)

22. Subvenções governamentais

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de subvenções governamentais que tem natureza de subvenções para investimento, sendo todas monetárias e registradas pelos seus valores nominais.

As subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo específico. Para a valoração das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Companhia utiliza o regime de competência reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros.

Incentivos fiscais federais

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Subvenções governamentais--Continuação

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício na data de sua apuração.

Incentivos fiscais estaduais

A Companhia possui regimes especiais de tributação relativos ao ICMS concedido pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco e Rio Grande do Norte que implicam na redução de carga tributária nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências.

A partir de fevereiro de 2022, com a combinação de negócios firmada entre a Companhia e a SIPASA, a Companhia passou a fazer jus à fruição dos incentivos Estaduais dos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

Os financiamentos incentivados registrados líquidos dos abatimentos recebidos têm a seguinte composição:

Indexadores	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Estado de Alagoas - Prodesin	3.367	5.010	8.377	3.669	7.962	11.631
Estado do Maranhão - Sincoex	2.756	678	3.434	2.981	2.958	5.939
Estado do Ceará - Provin	7.773	4.482	12.255	8.091	9.825	17.916
	13.896	10.170	24.066	14.741	20.745	35.486

Os financiamentos incentivados tiveram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	35.486	50.779
Captações com parcela dilatada	1.145	3.450
Captações incentivadas	426.939	340.829
Juros apropriados	1.152	1.104
Amortização de principal	(14.581)	(15.962)
Juros pagos	(1.115)	(949)
Subvenções incentivadas	(426.939)	(340.829)
Ajuste a valor presente	1.979	(2.936)
Saldo final	24.066	35.486

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Subvenções governamentais--Continuação

Os financiamentos incentivados não circulantes têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	11.954
2024	6.847	5.968
2025	2.145	1.566
2026 em diante	1.178	1.257
	10.170	20.745

23. Ações Preferenciais Resgatáveis - APRs

Banco	Data de subscrição	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
							2022	2021	2022	2021
Itaú	31/08/2018	30/04/2027	APR	45.475.542	CDI	4,40%	391.699	419.896	391.699	419.896
Circulante							76.699	59.896	76.699	59.896
Não circulante							315.000	360.000	315.000	360.000

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2018, os acionistas deliberaram a criação e emissão de 45.475.542 Ações Preferenciais Regatáveis (APR) no valor de R\$450.000 mil. Essas ações têm o direito de dividendos prioritário e fixos corrigidos pela variação de 100% do DI - Depósito Interfinanceiro, porém sem direito a voto nas decisões da Companhia exceto nas matérias previstas na Lei das S.A.

As ações preferenciais foram subscritas integralmente em 31 de agosto de 2018 pelo Itaú Unibanco S.A.

As APRs são resgatáveis, conforme foi estabelecido no Acordo de Investimentos, no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia. O resgate dessas ações poderá se dar de maneira programada, obedecendo as regras de amortização descritas abaixo, ou também poderá ser feito antecipadamente, de forma voluntária ou compulsória.

O Cronograma de resgate de ações está assim definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	45.000	-	45.000
2023	45.000	45.000	45.000	45.000
2024	67.500	67.500	67.500	67.500
2025	67.500	67.500	67.500	67.500
2026 em diante	135.000	135.000	135.000	135.000
Longo prazo	315.000	360.000	315.000	360.000

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o valor de R\$ 44.362 (R\$ 18.054 em 2021) referente à remuneração das APRs em seu resultado financeiro.

Em Assembleia Geral e Extraordinária foi aprovado o pagamento no montante de R\$ 27.559 de remuneração das ações preferenciais resgatáveis (APRs).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotas. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas.

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentavam as seguintes provisões para contingências e depósitos judiciais relacionados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários:

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisão para processos judiciais</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	46.232	39.420	161.737	159.462
Cíveis	27.712	3.176	78.689	65.214
Tributárias (a)	161.692	159.852	121.186	92.079
	235.636	202.448	361.612	316.755

(a) Cabe elucidar que a Companhia e suas controladas possuem processos tributários em trâmite na esfera judicial. Esses processos apesar de possuírem prognósticos possíveis ou remotos devem ser garantidos para dar continuidade à discussão tributária junto ao Poder Judiciário e garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e/ou manutenção da regularidade da Companhia e suas controladas. Conforme determina o art. 855 da Lei nº 13.105/2015 e o art. 9º da Lei nº 6.830/1980, a Companhia e suas controladas utilizam das três principais modalidades de garantia judicial: depósito judicial, fiança bancária ou seguro garantia judicial.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

i) Movimentação da provisão para contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	173.165	61.347	87.139	321.651
Provisão/reversão	18.197	(190)	(84)	17.923
Atualização	16.240	2.032	3.657	21.929
Pagamento/outros	(48.140)	2.025	1.367	(44.748)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	159.462	65.214	92.079	316.755
Aporte de controladas	12.231	5.169	4.699	22.099
Provisão/reversão	24.707	(5.549)	13.907	33.065
Atualização	14.495	14.578	7.500	36.573
Pagamento/outros	(49.158)	(723)	3.001	(46.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.737	78.689	121.186	361.612

ii) Naturezas dos processos

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura como réu em 1.624 processos (1.695 em 31 de dezembro de 2021) de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 161.737 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 159.462 em 31 de dezembro de 2021). As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos relacionados à jornada de trabalho (hora extra; intervalos intrajornada e interjornada; e respectivos reflexos), à indenização por acidente de trabalho ou à doença ocupacional, ao modelo de remuneração, à indenização por danos morais e materiais.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura como réu em 248 processos (205 em 31 de dezembro de 2021) de natureza cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 78.689 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 65.214 em 31 de dezembro de 2021). A maioria das ações cíveis envolvem problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, às ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as provisões para processos judiciais tributários estão demonstradas conforme segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais
PIS/COFINS	-	4.650	-	4.650
ICMS	37.010	51.533	16.597	52.895
INSS	83.228	81.970	75.336	74.222
IPI	-	15.174	-	19.720
Outros	948	8.365	146	8.365
Total	121.186	161.692	92.079	159.852

Passivos contingentes - risco de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião da Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos internos e externos, é possível conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributária	2.870.390	2.639.517	5.428.265	4.339.643
Cíveis	-	-	266.683	263.525
Trabalhistas	-	-	81.329	53.144
	2.870.390	2.639.517	5.776.277	4.656.312

- a) Apresentamos abaixo os principais processos possíveis existentes em 31 de dezembro de 2022 da Controladora:

Exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre o ganho de capital

Em 9 de novembro de 2018, a Companhia foi intimada no auto de infração da Receita Federal do Brasil 0130100.2017.00282 para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de 150% e de juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, sobre o ganho de capital supostamente auferido no contexto da reestruturação envolvendo empresas do dominado "Sistema Coca-Cola" na região Nordeste, no Estado de Mato Grosso e em parte dos Estados de Tocantins e Goiás. Exige-se também a multa isolada de 50% pelo não recolhimento de estimativas mensais de IRPJ e CSLL.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais—Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

A Companhia protocolou impugnação através dos seus consultores jurídicos e classificaram a probabilidade de perda como possível no montante de R\$ 2.870.390 no Processo Administrativo 10166.731026/2018-00. Em 30/05/2019, foi proferida decisão de 1º instância desfavorável. Contra a decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Aguarda-se a decisão da 2º instância.

- b) Apresentamos abaixo os principais processos possíveis existentes em 31 de dezembro de 2022 da Consolidado:

Auto de Infração lavrado por utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE.

O Auto de Infração tem como acusação: utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE, pois, no exercício de 2019, estaria impedida de utilizar o referido benefício em razão de suposto não recolhimento integral do ICMS normal e do ICMS-ST.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 173.546 (R\$ 156.272 em 31 de dezembro de 2021).

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais.

Autos de Infração lavrados para exigir IRPJ e CSLL acrescidos de multa de ofício e juros de mora relativos ao ano-calendário de 2013 em razão de suposta:

- (i) Falta de adição para fins de determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, de parcela de dividendos distribuídos oriundos do recebimento de subvenções governamentais; e
- (ii) Dedução de despesas financeiras e com o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) relativas a empréstimo bancário.

A fiscalização entendeu ainda que as infrações mencionadas em (i) e (ii) acima levaram ao pagamento a menor de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, razão pela qual também foram lançadas multas isoladas, correspondentes a 50% das estimativas que supostamente deixaram de ser recolhidas no referido exercício.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 157.021 (R\$ 144.843 em 31 de dezembro de 2021).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais --Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Auto de Infração por aproveitamento indevido de PIS/COFINS

Auto de Infração exigindo PIS, COFINS, multa e juros por aproveitamento indevido de crédito e falta de recolhimento das contribuições sobre os valores recebidos a título de rateio de despesas. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$ 115.620 (R\$ 105.506 em 31 de dezembro de 2021).

Execução fiscal de débitos de IRPJ e CSLL

Execução fiscal ajuizada para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL acrescidos de multa isolada de 150% decorrentes da amortização de ágio no período de 2007 a 2010.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 102.139 (R\$ 96.433 em 31 de dezembro de 2021).

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)

No final de 2007, a Unidade Simões Filho / BA iniciou a operação de uma nova linha de produção, mas só teve homologado o Sistema Medidor de Vazão (SMV) para controle da produção no final de 2008. Ao identificar a ocorrência, a Receita Federal do Brasil aplicou multa da ordem de R\$ 35 milhões sob o fundamento de que não era possível iniciar a produção antes da homologação do SMV.

A multa aplicada foi contestada por duas razões: primeiro, houve erro na apuração do valor já que foi adotada como base valor equivocado da produção; segundo, a multa no valor em que foi aplicada é desproporcional à infração apurada, em especial porque não foi apontada nenhuma irregularidade na apuração dos tributos devidos.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 101.167 (R\$ 94.071 em 31 de dezembro de 2021).

perda como possível no montante atualizado de R\$ 80.135 (R\$ 73.016 em 31 de dezembro de 2021).

Auto de Infração sobre apresentação de EFD-ICMS/IPI

Apresentação de EFD-ICMS/IPI com informações inexatas, incompletas ou omitidas, em relação aos fatos geradores ocorridos entre 30/11/2013 e 20/03/2015.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais --Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 80.135 (R\$ 73.016 em 31 de dezembro de 2021).

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Tem sido bastante discutida a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais na forma de redução do ICMS como estímulo à implantação e manutenção de indústria nos Estados concedentes.

A Receita Federal do Brasil entende que apenas os incentivos fiscais qualificados como “subvenções para investimento”, e desde que atendidos diversos requisitos formais, não sofreriam a incidência do IRPJ e da CSLL. Por isso, vem atuando as empresas beneficiárias de incentivos fiscais estaduais sistematicamente.

Em novembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160 e a tendência é encerrar a discussão já que em seu texto ficou definido que os incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos pelos Estados serão qualificados como “subvenção para investimentos” e não serão tributados pela RFB (em especial IRPJ e CSLL) se forem validados na forma prevista naquele normativo.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 78.761 (R\$ 72.370 em 31 de dezembro de 2021).

Execução fiscal de débitos de IRPJ

Execução Fiscal que tem por objeto a cobrança de IRPJ e reflexos em razão da subvenção de ICMS. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$ 72.191 (R\$ 58.759 em 31 de dezembro de 2021).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais --Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Auto de Infração para cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS

Auto de infração lavrado para fins de cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente incidentes sobre as subvenções concedidas à Cia. pelo Estado do Pará. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$ 69.079 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

Ação anulatória de autos de infração

Ação anulatória visando desconstituir os autos de infração que cobram o ICMS/ST recolhido supostamente a menor nos períodos compreendidos entre set/2016 a dez/2016 e mai/2017 a out/2017. A exigência decorre da divergência de base de cálculo utilizada para fins de cálculo do ST: a empresa utilizou pauta fiscal e o fisco entende que deveria ser margem de valor agregado – MVA.

Pontos de defesa: A ação anulatória procura a proteção jurisdicional, diante da ilegalidade, inconstitucionalidade e arbitrariedade do Réu em permanecer com a acusação fiscal, diante da ofensa ao princípio constitucional da anterioridade e legalidade, da impossibilidade de adoção de um regime híbrido para definição da base de cálculo do ICMS-ST e incompetência da Resolução 11/2016 para instituí-lo.

A Resolução Administrativa nº 11/2016 foi publicada em 31/05/2016, alterando a regra da determinação da base de cálculo do ICMS-ST de forma a majorá-la, produzindo efeitos, segundo a referida norma, a partir de 1º de junho de 2016 e, ferindo, assim, o princípio da anterioridade.

A referida Resolução prevê o regime híbrido para determinação da base de cálculo do ICMS-ST, adotando, ao mesmo tempo, o preço de pauta (preço ao consumidor final usualmente praticado no mercado) e a margem de valor agregado (MVA), aplicando sempre o que for mais favorável ao Estado (norma gatilho).

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 59.827 (R\$ 53.941 em 31 de dezembro de 2021).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhecem os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15% com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos apresentam as seguintes naturezas:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	53.890	52.739
Provisão para perdas esperadas com contas a receber	5.076	3.143
Provisão para contingências	118.133	107.135
Provisões para perdas e outras	69.103	55.640
	246.202	218.657
Passivo		
Derivativos	7.954	17.052
Mais valia e intangíveis decorrentes de combinação de negócios	752.367	221.055
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	3.813	1.149
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 10)	7.725	57.566
Provisão para perdas e outras	20.556	122
	792.415	296.944
Saldos classificados no:		
Ativo	62.514	58.564
Passivo	608.728	136.851
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	546.214	78.287

(a) A Companhia e suas controladas estimam utilizar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa a compensar em até três anos.

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	78.287	34.383
Aporte das controladoras	35.765	-
Impacto no resultado do exercício	(91.349)	33.332
Impacto no patrimônio líquido (mais valia)	530.315	-
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(6.804)	10.572
Saldo final	546.214	78.287

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido--Continuação

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico das gerações de lucros tributários futuros e estimativas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	31/12/2022	31/12/2021
Entre 1 e 5 anos	30.175	19.024
Entre 5 e 10 anos	32.339	39.540
	<u>62.514</u>	<u>58.564</u>

Os valores reconhecidos correspondem as melhores estimativas da Companhia, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido--Continuação

A Companhia e suas controladas, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de períodos anteriores e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis. A utilização dos créditos tributários é revisada anualmente.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Corrente				
Imposto de renda	(7)	-	(206.078)	(64.630)
Redução de incentivo fiscal (Nota 22)	-	-	161.118	69.910
Contribuição social	(4)	-	(75.912)	(24.088)
	(11)		(120.872)	(18.808)
Diferidos				
Imposto de renda	-	-	51.204	(4.936)
Contribuição social	-	-	40.145	(27.017)
	-	-	91.349	(31.953)
	(11)	-	(29.523)	(50.761)

A conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	340.143	-	711.797	1.098.685
Resultado de incentivos fiscais exercícios anteriores (tributados em 2022)	-	-	131.952	39.751
	340.143	-	843.749	1.138.436
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(115.649)	-	(286.875)	(387.068)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	-	-	161.566	69.910
Provisão incentivo fiscal da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (a)	-	-	(61.275)	-
Equivalência patrimonial	130.716	-	3.483	9.298
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	-	-	167.163	115.882
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Financeiras	-	-	16.791	156.096
Outras exclusões (adições), líquidas	(15.078)	-	(30.376)	(14.879)
	(11)	-	(29.523)	(50.761)
Alíquota efetiva	0%	-	3,5%	4,5%

(a) Reversão da provisão do incentivo fiscal de IR/CS sobre a parcela reconhecida em 2021.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social é de R\$533.671, composto por 396.243.557 ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir (em milhares de ações):

<u>Acionista</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Capital votante (%)</u>
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	9,50%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	7,14%
Holdco 0 Participações S.A.	198.519	50,10%
Calila Investimentos S.A.	37.644	9,50%
	<u>396.244</u>	<u>100,00%</u>

i) *Outros resultados abrangentes*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 26 de janeiro de 2022, através da incorporação ocorrida na controlada Solar Bebidas S.A, conforme transação realizada com o Grupo Simões, descrita na nota 1 a), a Companhia registrou o montante de R\$ 364.624, referente aos reflexos na diluição da participação direta da incorporação de Sipasa pela Solar Bebidas S.A. e o montante R\$ 588.452, referente aos reflexos na diluição da participação da Solar.Br, tendo em vista a participação indireta.

b) Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva era R\$106.734 (R\$106.734 em 2021).

ii) *Retenção de lucros*

Em 28 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 61.017. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva era de R\$ 426.934 (R\$ 450.139 em 2021).

iii) *Reserva de lucros a realizar*

Reserva constituída para destinar o excesso entre dividendos mínimos obrigatórios e lucro líquido realizado em períodos anteriores. Em 31 de Dezembro de 2022, o saldo da reserva era de R\$ 1.568.201 (R\$ 1.350.915 em 2021).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

26. Patrimônio líquido--Continuação

c) Destinação dos lucros

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, como previsto na Lei nº 6.404/76. A Administração registrou os dividendos mínimos a pagar no montante de R\$ 85.033 (R\$ 171.522 em 2021).

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	36.684	56.093
Provisões:		
Dividendos adicionais propostos	61.017	102.207
Dividendo mínimo obrigatório	85.033	171.522
Pagamentos:		
Dividendos distribuídos	(97.701)	(158.300)
Dividendos antecipados	-	(134.838)
Saldo final	<u>85.033</u>	<u>36.684</u>

27. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta de vendas		
Não alcoólicos	9.524.997	6.093.165
Alcoólicos	1.395.439	1.446.394
	<u>10.920.436</u>	<u>7.539.559</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(288.867)	(203.950)
(-) Impostos sobre o faturamento	(2.492.782)	(1.722.744)
	<u>(2.781.649)</u>	<u>(1.926.694)</u>
Receita operacional líquida (a)	<u>8.138.787</u>	<u>5.612.865</u>

(a) Parte da variação nos saldos deve-se à combinação de negócios com a Sipasa que foi consumada em 26 de janeiro de 2022 (Nota 1).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Custo dos produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas e embalagens	(4.482.235)	(3.241.025)
Pessoal	(207.121)	(138.865)
Depreciação e amortização	(153.283)	(125.609)
Custos gerais	(288.042)	(183.923)
Total de custos dos produtos vendidos (a)	(5.130.681)	(3.689.422)

(a) Parte da variação nos saldos deve-se à combinação de negócios com a Sipasa que foi consumada em 26 de janeiro de 2022 (Nota 1).

29. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	-	-	(116.617)	(77.273)
Outras despesas com pessoal	-	-	(86.118)	(49.090)
Depreciação e amortização	-	-	(156.216)	(35.480)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	-	-	(40.182)	(29.229)
Serviços de terceiros	(598)	(989)	(165.159)	(77.512)
Água, energia e telecomunicação	-	-	(33.688)	(19.802)
Outras despesas	(27)	(34)	(29.613)	(19.676)
Total de despesas gerais e administrativas (a)	(625)	(1.023)	(627.593)	(308.062)

(a) Parte da variação nos saldos deve-se à combinação de negócios com a Sipasa que foi consumada em 26 de janeiro de 2022 (Nota 1).

30. Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(544.768)	(397.767)
Outras despesas com pessoal	(236.468)	(184.384)
Depreciação e amortização	(152.807)	(126.526)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(322.849)	(163.402)
Serviços de terceiros	(99.111)	(55.840)
Água, energia e telecomunicação	(17.707)	(14.432)
Outras despesas	(98.848)	(73.636)
Total de despesas com vendas (a)	(1.472.558)	(1.015.987)

(a) Parte da variação nos saldos deve-se à combinação de negócios com a Sipasa que foi consumada em 26 de janeiro de 2022 (Nota 1).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Repasse de gastos corporativos	-	-	(2.157)	-
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	-	375.516
Provisão para perdas de imobilizado	-	-	(5.058)	(11.638)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	-	(938)
Doações recebidas	-	-	-	525
Investimentos de mercado	-	-	108.370	44.270
Outras	-	(665)	968	(6.281)
Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (a)	-	(665)	102.123	401.454

(a) Parte da variação nos saldos deve-se à combinação de negócios com a Sipasa que foi consumada em 26 de janeiro de 2022 (Nota 1).

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras				
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(113.272)	(53.480)
Despesas com remuneração de Ações Preferenciais				
Resgatáveis	(44.362)	(18.054)	(44.362)	(18.054)
Despesa de IOF	-	-	(4.042)	(62)
Despesa de tarifas bancárias	(49)	(55)	(12.050)	(8.975)
Juros de arrendamento mercantil	-	-	(7.523)	(5.097)
Ajuste a valor presente	-	-	(208.685)	(39.773)
PIS/Cofins sobre receita financeira	(38)	(13)	(14.012)	(11.984)
Variações monetárias passivas	-	-	(48.190)	(21.899)
Variações cambiais passivas	-	-	(61.085)	(2.244)
Outras despesas financeiras	(56)	(7)	(21.072)	(9.491)
	(44.505)	(18.129)	(534.293)	(171.059)
Receitas financeiras				
Receitas de juros ativos recebidos	-	-	30.948	20.860
Rendimentos de aplicações financeiras	621	207	82.921	24.812
Rendimentos de aplicação de reinvestimento	-	-	1.358	453
Variações cambiais ativas	-	-	16.459	2.041
Descontos obtidos	-	-	105	31
Adicional financeiro	-	-	23.985	16.139
Ajuste a valor presente	-	-	9.616	-
Créditos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – juros	-	-	49.384	210.521
Outras receitas financeiras	194	82	10.990	3.337
	815	289	225.766	278.194
Total do resultado financeiro (a)	(43.690)	(17.840)	(308.527)	107.135

(a) Parte da variação nos saldos deve-se à combinação de negócios com a Sipasa que foi consumada em 26 de janeiro de 2022 (Nota 1).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

33. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. Para cobrir eventuais sinistros as coberturas de seguros estão resumidas a seguir:

Coberturas	31/12/2022	31/12/2021
Empresarial (a)	691.681	441.010
Responsabilidade civil geral (b)	15.000	15.000
Transportes de cargas (c)	3.500	3.500
Danos materiais e corporais	15.000	15.000
Responsabilidade civil para administradores	50.000	50.000
Lucros cessantes	180.667	115.340
Riscos diversos	94.814	66.372
	1.050.662	706.222

(a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.

(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgado

(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

A Companhia e suas controladas não preveem quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

34. Eventos subsequentes

Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia e suas controladas avaliaram os efeitos reflexos desta decisão e não identificaram processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Solar Bebidas S.A. ou suas controladas para a data base de 31 de dezembro de 2022 e continua monitorando a evolução do assunto.
